



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 57

Sessão Ordinária Abril

1.º Reunião em 16/04/2021

Aos dezasseis dias do mês de Abril do ano dois mil e vinte um, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e pela Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Francisco José da Silva Ferreira, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Marília Fernanda Correia Martins, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto Cruz de Aguiar, João Carlos Rodrigues Morgado, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, Rita Alexandra Monteiro Batista, Filipe Seça Neves Barbado Guerra e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão, faltou o deputado Raúl Ventura Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Luis Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa e João Francisco Carvalho de Sousa.

Faltaram o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e a Vereadora Joana Fonseca Valente.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Sessão dos vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Nuno Manuel Marques Pereira, e Virgínia Maria Melo Matos, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, e João Miguel Moniz Laranjeira Silva.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Emilia Cristina da Cunha Gonçalves, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, pediram escusa.⁰⁰³

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento⁰⁰⁴ da correspondência recebida na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, dando nota da mais importante e informando os senhores deputados que a desejarem consultar a mesma se encontra disponível nos serviços para consulta.

Prosseguindo, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das Sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia.

De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes:

Acta n.º 55 – Sessão Ordinária Fevereiro – 1.ª reunião realizada em 19-02-2021: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁵

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Raúl Ventura Martins, Joana Filipa Ramos Lopes, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.

Acta n.º 56 – Sessão Ordinária Fevereiro – 2.ª reunião realizada em 26-02-2021: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁶

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Nuno Manuel Marques Pereira, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Virgínia Maria Melo Matos, Rita Alexandra Monteiro Batista, Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, e Henrique da Rocha Vieira.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Abril, cujos pontos se transcrevem:

- Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 16FEV21 a 12ABR21;**
- Ponto 2 – Apreciação e votação da prestação de serviços de Auditor Externo - Revisor Legal de Contas do Município de Aveiro;**
- Ponto 3 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2020, da Câmara Municipal de Aveiro;**
- Ponto 4 – Apreciação e votação da revisão da taxa de juro do contrato de empréstimo de assistência financeira do Município de Aveiro;**
- Ponto 5 – Apreciação e votação da adesão à AIC – Academia Internacional de Cerâmica;**
- Ponto 6 – Apreciação e votação da adesão à Associação Europeia de Festivais / European Festivals Association (EFA);**
- Ponto 7 - Apreciação e votação protocolo de acordo de colaboração para a construção de uma urbanização em regime de Contrato de Desenvolvimento Habitacional (CDH);**

Ponto 8 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação: Por compromissos do município com a conservação da natureza e da biodiversidade;

Ponto 9 - Apreciação e votação das Moções:

a) **Pela inclusão de indicadores de conservação da natureza e da biodiversidade nos planos de cogestão das áreas protegidas;**

b) **Pela proteção dos sapais e pradarias marinhas da Ria de Aveiro e a sua inclusão nos instrumentos de política climática;**

Ponto 10 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação: Criação de Hortas Urbanas/Comunitárias no Município de Aveiro;

Ponto 11 - Apreciação e votação da Moção: Constatação, Tristeza e Pesar, pelo Passivo do Governo do Partido Socialista em relação às obras que são necessidades prementes em Aveiro e para os Aveirenses — reivindicando a ação urgente e consequente do Governo nos assuntos acima referidos.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou da presença no plenário de munícipes inscritos que desejam intervir no período regimental de intervenção do público, dando-lhe de seguida a palavra.

Munícipe Cristina Dubert:⁰⁰⁸

"Muito boa tarde a todos os presentes. Nós viemos aqui representar a greve climática estudantil e vou falar em nome de todos.

Ao longo dos últimos anos temos cada vez ouvido falar mais do tema alterações climáticas. Mas é importante perceber que elas já estão cá no presente e não só se irão manifestar no futuro como já estão cá. Contudo a maioria das pessoas, nos últimos anos foi divulgado pelo painel intergovernamental das alterações climáticas que se continuarmos a trajectória que temos vindo a tomar daqui a 7 anos vamos atingir um ponto de não retorno. Ou seja, vai ser impossível travar as alterações climáticas. Se decidirmos actuar até 2030 em Portugal temos que cortar 74% das emissões em relações aos dados de 2010.

Começando pela indústria. O Distrito de Aveiro ocupa lugar de destaque quanto às emissões de gases com efeitos de estufa sendo que somos a região que temos mais infraestruturas poluentes. Como seja o complexo industrial de Cacia que é a sétima infraestrutura mais poluente de Portugal. Além do mais somos das regiões que mais irão sofrer com as alterações climáticas.

Portanto é muito importante perceber que precisamos de uma transição ecológica e que deve ser uma transição justa. Não podemos deixar trabalhadores no desemprego, nem com instabilidade laboral. É necessário dialogar e requalificar trabalhadores e é importante perceber que irão ser criados imensos novos postos de trabalho tal como seja trabalhos nas energias renováveis, nos transportes, na biosfera, na economia circular. E vão aumentar mais os postos de trabalho que já existem.

Falando próximo tópico - as árvores. Nós não podemos permitir que sejam cortadas mais árvores. Não podemos permitir que o abatimento de mais árvores, e sendo eu uma estudante preocupa-me imenso o cortarem as árvores da Avenida 25 de Abril. Tenho muito medo de ver uma Avenida nua nos próximos anos.

Quanto à energia Aveiro pode e deve contribuir mais nas energias renováveis. Somos uma região relativamente solarenga, razão pela qual é vantajoso haver um maior investimento

em painéis solares. Aveiro também é conhecida pelo seu clima ventoso por isso tem muita apetência pela energia eólica.

Por último, sendo uma região em simbiose com a Ria e com o Mar, a energia através de força das marés será também uma excelente aposta."

Munícipe Beatriz Vieira:[008](#)

Quanto à Mobilidade. A mobilidade em Aveiro tem de caminhar no sentido da redução da utilização do automóvel e, por isso, a construção de um estacionamento no Rossio constitui um investimento desnecessário.

Não podemos continuar a estimular a utilização do automóvel, ainda para mais no centro da cidade. A transição na Mobilidade para os transportes públicos movidos a energia renovável é essencial para que se realize uma transição ecológica e justa.

Este modos são capazes de substituir o automóvel individual em muitas situações e emitem significativamente muitos menos gases de efeito estufa. No entanto, o município de Aveiro ainda está longe de ter um serviço de transportes adaptado às necessidades da população. Com a entrega do serviço de transportes a uma entidade privada, a qualidade do serviço tem vindo a decrescer. A frequência da passagem dos autocarros, a diversidade de linhas, e os preços, têm de ser compatíveis com as necessidades da população. De forma a que o transporte colectivo seja uma alternativa viável ao transporte individual. Por este motivo o transporte colectivo deve passar para a gestão pública.

Além disso, apesar de sabermos que não compete à Câmara a gestão da ferrovia, não podíamos deixar a importância que ela tem para a mobilidade sustentável. Assim, deve ser feita pressão no Governo para que as linhas ferroviárias em Aveiro sejam reforçadas.

Quanto ao planeamento urbano. O que também produz efeitos importantes das alterações climáticas é a subida do nível médio das águas do mar. Em 2050 as localidades costeiras de Aveiro estarão em risco de inundação e conseqüente destruição. Por esta razão é necessário começar a trabalhar em conjunto com a população para traçar um plano de adaptação para a subida do nível das águas-do-mar de forma a que as comunidades possam decidir das suas próprias vidas e que sejam encontradas as melhores soluções para o problemas que estas pessoas enfrentarão.

É completamente incompreensível como é que ainda é permitida a construção de edifícios em zonas que serão inundadas dentro de 20 anos. É de salientar ainda que os métodos de construção ou reconstrução de habitações devem ser o mais sustentáveis possível. Utilizando técnicas de construção pouco poluentes, utilização de materiais reciclados, ou que a produção emita efeitos de gases de estufa diminutos. E que as medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas sejam redobradas para quem se encontra numa situação económica e social mais desfavorecida. Além disso deve haver também um combate à pobreza energética. É tudo."

(Entretanto deu entrada na sala a deputada Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite.)

Munícipe Ângelo Costa:[010](#)

"Mais uma vez boa noite Senhores Presidentes da Assembleia e da Câmara, senhores deputados e Vereadores.

Senhor Presidente, mais uma vez lhe apanhamos uma mentira. São umas a seguir às outras. Diga-me Senhor Presidente que estrada é que estão a fazer para ter acesso à Bica? Vão agora fazer uma ponte por cima da estrada para poder atravessar para a Bica?

Senhor Presidente, não conhece Mamoadeiro para que esta notícia tenha sido assim transmitida. Olhe que a Bica fica Norte! Não nos mintam mais Senhor Presidente. Nós não vamos ter acesso nem para o Ribeirinho fará para a Bica? A estrada que fez foi para os

Armazéns Reis. Gostava que todos os que têm dúvidas fossem ver o que lá está. É para os Armazéns Reis a entrada e saída que lá está. Não há mais acesso pro mais lado nenhum. Fala-se agora que haverá uma estrada de continuação que dará acesso ao Ribeirinho. Bem, vamos esperar sentados! Só se foram para outras eleições.

Senhor Presidente, vamos mudar de conversa e vamos falar dos transportes públicos. Como o Senhor Presidente sabe eu faço parte da comissão de utentes dos transportes públicos. Viagem recentemente numa carreira dos transportes públicos e é uma vergonha. Eu viajei há cerca de 15 dias num autocarro eléctrico destes novos. Nem uma suspensão em condições tem. Parecia uma bailarina a dançar na estrada. Vejam lá bem a segurança que nós temos nos nossos transportes públicos. Fazia mais barulho que os que trabalham a gasóleo. Mas que o Senhor Presidente fique informado era o carro 132. Continuam a andar atrasados. As pessoas chegam atrasadas aos serviços, assim como eu cheguei na passada segunda-feira à segurança social, onde devia ter chegado às 13:41 ao Oita e chegou às 14:15!? Isso não pode ser Senhor Presidente. Se diz que estamos tão bem servidos de transportes públicos porque é que tudo isto continua na mesma? Disse."

Município José Castro:[012](#)

"Boas noites. Era para falar sobre a estrada das Hortas e aquela passadeira que lá colocaram. Desde as autoridades ao proprietário daquela casa que lá existe a reclamar o caminho.

Quem vem do Ribeirinho a circular para as Hortas, para circular nessa passagem, tem de se andar contra a mão! E continuamos com muitas dificuldades para aceder ao lugar e as terras de cultivo, como temos muitas dificuldades para fazer as limpezas dos pinhais.

Senhor Presidente venha ao local. Eu já lhe disse aqui, tomamos o pequeno-almoço, e vamos ver as dificuldades do povo que tanto sofre. Obrigado."

Município José Álvaro Duarte:[014](#)

"Boa tarde a toda a Assembleia, ao Senhor Presidente, e à comunicação social. Eu José Álvaro, contribuinte, 105439320, pela informação que lhe vou dar, peço ao Senhor Presidente para averiguar quem é o responsável pelo embargo de um muro de vedação que não confere com via pública e tem metade da altura permitida pela lei? Este muro está situado num terreno de quinta de baixo, travessa do salgueiral. O embargo foi feito pela Vereadora Maria do Rosário Lopes de Carvalho, no seguimento da informação da agente municipal Ana Filipa Matos da Silva. Recebi uma notificação com ameaça de coima e arguido por crime de desobediência. E isto para mim são palavras de auto ofensa. Para fazer uma defesa por escrito para a Câmara Municipal, assim o fiz, dirigi-me à Polícia Municipal onde enfrentei a agente Tânia País, que fez parte com a Ana Silva, no embargo do muro, porque dizem está fora da lei. Disse-me que a queixa veio da Junta de Freguesia e que o terreno está na área da REN. Fui à CCDR para tirar a licença de muro e arrecadação de alfaias agrícolas e o despacho que lá obtive pela Dr.^a Bento Teixeira, informou que não está na área da REN.

Encontro-me assim lesado por esta polícia municipal armada fantasma, a impor-se acima da lei e sem categoria de serviço que exercem.

Quero indemnização por partes psicológicas valor diário do terreno desde o embargue até ao desembargue, termos de arguido, tempos perdidos, materiais estragados. Pelo número dado ao princípio vão ver o meu registo criminal para saberem com quem falam. O Senhor Presidente se tiver alguma dúvida do que foi aqui dito estou ao seu dispor. Tenho todos os componentes para comprovativo.

Sobre o cruzamento do lugar da Bica em Mamoadeiro, com a EN235, informamos o Senhor Presidente que está a prejudicar centenas de pessoas derivado à tapada do cruzamento para ir em frente ou poder virar à esquerda.

Estamos obrigados a fazer mais 750 metros até à rotunda mais próxima e depois andar para trás, quatro vezes por dia são 3 quilómetros, a fim de um ano são mais de 1.100 quilómetros. Isto acontece com as pessoas de todo o lugar da Bica e do Salgueiral e arredores.

Perguntamos ao Senhor Presidente se a Câmara está preparada para pagar indemnização a todas estas pessoas lesadas derivado deste cruzamento mal fechado? Queremos uma resposta rápida. Obrigado."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[016](#)

"Cristina e Beatriz, como vocês percebem chegarem aqui e lerem dois papéis sobre tantas matérias e eu estar aqui a respondermos também em poucos minutos não é assim que se trata uma matéria destas. Tenho muitas coisas para vou dizer. É evidente que depois há aqui alguns preconceitos vossos que não vale a pena estarmos aqui com opções ideológicas. Vocês acham que a gestão concessionada dos transportes públicos faz mal ao ambiente! Pois eu não acho. Acho que faz bem ao ambiente e faz bem às finanças públicas e dos cidadãos. Vocês acham que a gestão pública faz bem ao ambiente e a privada faz mal. Acham que um estacionamento no Rossio para 200 carros faz mal ao ambiente. Eu não acho. Portanto temos aqui alguns preconceitos ideológicos da vossa parte que eu respeito em absoluto, mas que discordo completamente.

Em relação ao tudo o resto, tenho o maior gosto, de vos facultar toda a informação sobre o que faz o município de Aveiro. Pois percebi que vocês não sabem.

No que respeita ao nosso planeamento de arborização - e não tenham preconceitos com a 25 de Abril. Tenho todo o gosto em partilhar convosco. Aliás está na internet, mas eu mando directamente para o vosso mail o relatório feito por uma entidade que é considerada em Portugal a entidade mais capacitada tecnicamente sobre árvores, que a Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro. Mas agora já não envio só o relatório, mando as fotografias das árvores onde se vê, mesmo para quem não é especialista, que mais dia menos dia caíam. Vocês querem as árvores na 25 de Abril, pois mas eu não quero que ninguém morra na 25 de Abril por uma árvore que caísse. Eu não sei qual é a vossa formação de base, mas é preciso termos uma noção de que a vida tem um fim. Seja de um ser humano, de uma árvore, ou de um ser vivo, não há vida ilimitada. Portanto uma árvore tem um fim de vida. E o fim de vida depende vários factores. Por exemplo aquele tipo de árvore não é aconselhável fazer a sua vida num sítio daqueles. Porquê? Porque a urbanização que tem à sua volta não lhe permite dar a dimensão de solo que ela precisa para se exponenciar o seu crescimento. E portanto vai fazer asneiras a infraestruturas a casas que lá estão perto e vai a própria árvore ser vítima das limitações.

Só para vos dar esta nota. As árvores têm que ser plantadas no sítio correcto e retiradas dos sítios incorrectos. Por exemplo nós fomos retirar 9 árvores na 25 de Abril, mas na operação reparou-se que mais duas estavam também em risco de queda. E portanto foi feita uma auditoria complementar e retirámos mais duas. Portanto nós não andamos a brincar às árvores. Portanto o balanço arbóreo é altamente positivo, porque são muito mais as que plantamos que as que são retiradas, mas uma árvore não é um ser eterno. Uma árvore tem um fim de vida. Não sei se já passaram na rua da Pêga em que as nossas plameiras de folha longa infelizmente vão morrendo por força da praga do escaravelho, mas vamos substituindo por espécie muito resistente e que se relaciona muito bem com estes ares com salitre, designadamente naquele local muito exposto.

Uma nota final. Tudo o que respeita ao planeamento estou ao vosso dispor para partilhar convosco e receber os vossos contributos para o plano de adaptações às alterações climáticas que estamos já a ultimar. Estamos já na recta final e embora, por uma opção política porque a lei não o manda, vamos fazer uma audição pública. E também estamos para adjudicar a revisão, do Plano intermunicipal de ordenamento da Ria de Aveiro, que une os municípios da entidade intermunicipal da Região de Aveiro, e um dos factores que irá ser abordado é exactamente a abordagem dos territórios ribeirinhos com as alterações climáticas.

Ultima nota. Também estou ao vosso dispor para falarmos do Fundo de Transição Justa, e todas as políticas europeias que se estão a desenvolver sobre o fundo de transição justa. E pegando num dos problemas, que vocês referiram, que são os trabalhadores.

Nesta fase o fundo de transição justa, de per si só tem 200 milhões de euros para Portugal, o que é muito pouco. Mas ele vai servir também como porta de entrada a outras fontes de financiamento além do fundo de transição justa. E este fundo tem um objectivo. Aquele dinheiro é para ajudar pessoas que vão perder o emprego por causa da transição energética. Por exemplo, a central de Carvão de Pegões vai ser desactivada. São 80 trabalhadores que perdem o emprego. Portanto aquele dinheiro vai financiar a reclassificação profissional daquelas pessoas ou financiar algumas empresas para receberem aquelas pessoas.

Eu dou sempre o exemplo na nossa região que é a indústria cerâmica. A indústria cerâmica a sua fonte principal de abastecimento era energia fóssil, o gás natural. Como tem de fazer a transição para fontes limpas, a lógica é eles ao fazerem a adaptação vão perder 20 trabalhadores, mas o problema numa indústria cerâmica não é ajudar esta 20 pessoas. Não. É sobre o investimento que terão de fazer, não sei se conhecem os fornos para cozer loiça ou revestimentos, que são investimentos de milhões, e portanto não é só preciso dinheiro para ajudar as pessoas. Porque se não ajudarmos as empresas a fazerem a conversão do processo produtivo, e no caso a energia que tem um impacto brutal numa cerâmica, a empresa vai fechar e em vez de perder 20 empregos vão perder 200. E aquilo que estamos a dizer na união europeia, eu próprio no comité das regiões é de que atenção, há aqui a necessidade de apoio à economia para termos a empresas vivas. E se não fizermos isto vamos ter aqui um problema complicadíssimo.

Portanto fiquem só com esses apontamentos e a nossa disponibilidade, minha e do Vereador João Machado que gere estas matérias ligadas ao ambiente, para podermos aprofundar estas matérias e receber os vossos contributos. Eu respeito as greves porque são actos simbólicos, mas olhem, nós não vamos fazer greve do combate em que estamos metidos. E precisamos é de contributos para nós fazermos melhor o nosso trabalho. Somos uma parte, cada um de nós tem de fazer a sua parte e dar o seu contributo, mas com todos gosto além de ouvir os vossos papéis, mas estas matérias são para tratar à mesa e estudar, trocarmos opiniões. E é preciso estudar muito. Olhem só para lerem o Plano Intermunicipal da Ria de Aveiro precisam de umas 5 horas. Só para o ler. Se for para estudar a conversa é um bocadinho mais exigente. Portanto fiquem com estas notas e com o gosto de nos podermos sentar à mesa e trocar impressões contributivas para estas coisas.

Quanto às três intervenções dos munícipes de Mamodeiro, enfim. Obviamente que vocês não se cansam e eu também não. Eu acho que toda a gente já vai percebendo e tem-me chegado muitas referências, excetuando vocês, da positividade daquela obra. E portanto estamos muito felizes pela obra. A consequência em termos da segurança, da fluidez do trânsito, é incomensuravelmente melhor. Ouçam, passamos a ter corredores pedonais naquela via. Passeios dedicados ao peão porque o peão não tinha sitio por onde andar entre o cruzamento da Bica e a rotunda da UTMB. E portanto temos hoje uma via que tem um nível de segurança para toda a gente muito melhor.

A via que estamos a construir, já em fase final, não é para fazer a entrada e saída dos armazéns Reis. Mas também é e muito bem. Os armazéns Reis são uma empresa importante, são o maior empregador de Mamoadeiro e da Freguesia, são só o maior. Bem em Nariz a ERBAL emprega mais gente que os armazéns Reis. E portanto é uma empresa que nos merece todo o respeito e apoio no que respeita ao nosso trabalho. Não sei se sabem que aquela entrada dos armazéns Reis é ilegal desde que nasceu. É um risco para a segurança de quem entra ou sai para a nacional. E a nova entrada e saída vai ter qualidade e vai ter um índice de segurança muito mais alto quer para os trabalhadores que são de Mamoadeiro, quer para os clientes e fornecedores da empresa. No entanto ela também fará o acesso à Bica. Mas tem ainda outra função mais importante. Hoje já se entra na rotunda que dá acesso para a auto-estrada e podem virar para a Bica. E quando chegam aos armazéns Reis verificam que a estrada já está apontada para seguir em frente. Para cumprir duas missões. Uma a estruturação viária da ampliação daquela zona industrial. Dois ir ao encontro daquela que será a segunda fase da variante à N235 que irá unir a passagem inferior da autoestrada depois da ponte da pateira com a rotunda do UTMB. O nosso objectivo é que esta via agora qualificada passe a ser urbana em absoluto. E a variante que nunca se fez e que está prometida há 20 anos, se venha a fazer para que de uma vez por todas haja urbanidade. Não vai morrer mais criança nenhuma. Algumas pessoas terão de fazer mais 750 metros, muito bem. Eu prefiro que as pessoas tenham de fazer mais 750 metros do que morra mais uma criança como já lá morreu. É a minha opção. E tenho a certeza absoluta que é também a opção da maior parte das pessoas. Não é a de vocês os três, paciência. Temos diferenças de opinião, mas nós entendemos que estamos certos.

Depois ainda vai haver mais um episódio que eu não vou dizer para não perturbar muito as mentes. Mas num trabalho da Câmara com a Junta de Freguesia vamos qualificar mais um caminho e uma passagem inferior próxima para que haja ainda mais uma alternativa. Ela já existe, apenas precisa de uma operação de requalificação e vamos fazê-la nas próximas semanas.

É neste quadro que nós estamos muito contentes com a obra que o IP fez, com a obra que estamos a fazer, na certeza absoluta que estamos a melhorar muito as condições de circulação e de segurança de todas aquelas pessoas que vivem naquela localidade e que passam de ou lado para o outro.

Senhor José Álvaro tomei boa nota do que disse. Compreenderá que numa Câmara em que entram cerca de 7 mil processos ano, será difícil eu ter tudo na minha memória. Compreenderá isto e normalmente nós não tratamos estas coisas numa Assembleia Municipal ou numa reunião de Câmara. Mas tomei boa nota e a Sr.^a Vereadora Rosário Carvalho que aqui me acompanha também já tomou a devida nota para vermos o que se passa, o que está certo, o que está errado. E para falarmos consigo sobre essa matéria com todo o rigor. Mas como compreenderá não há memória que aguento agora ter na cabeça 7 mil processos seja do prédio mais alto ou do pequeno muro. Não é possível nem é aqui sitio opara se tratar disto. Já viu o que era a malta vir aqui tratar de assuntos dessa natureza. Muito obrigado."

Presidente da Mesa⁰¹⁷

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Concluídas as intervenções, o Presidente da Mesa deu início ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[018](#)

"Muito rapidamente. Queria referir-me à entrevista que Ricardo Sousa concebeu ao Diário de Aveiro após a sua saída do cargo de treinador do Beira-Mar. Não temos nenhuma legitimidade para intervir na vida interna do Beira-mar e muito menos dirigir observações de Ricardo com o clube.

Mas a entrevista revela uma contradição preocupante- Se considerarmos o peso do investimento que o município dedica ao futebol, muito particularmente assente na relação que mantém com o Beira-mar, não deixa de ser um paradoxo as palavras do Treinador. Sobretudo porque elas não foram contestadas nem pelo clube nem pela Câmara Municipal. Diz o Ricardo, vou citar "os treinos eram às 9, mas durante mais de três meses chegávamos ao estádio para cumprir com as nossas obrigações. Mas tínhamos de esperar todos os dias mais de meia hora para que nos abrissem os portões de entrada, uma vez que só entrávamos quando a Câmara de Aveiro queria e não quando nós queríamos ou necessitávamos.

Estranhos e achamos que devemos ouvir o contraditório que o clube não consiga sequer começar o treino a horas no complexo desportivo que tem no clube a sua única expectativa de uma utilização regular.

Era muito importante saber se foi assim mesmo e qual o nível de responsabilidade dos serviços da Câmara Municipal. Mas pelos vistos nos outros campos a coisa não correu melhor! Estiveram no relvado de Oliveirinha durante mais de três meses, em Eixo condicionalismos da mesma ordem, enfim nota-se aqui pouca colaboração com as entidades.

Ricardo Sousa conhecedor das práticas formativas e gestão treino, observa ainda que o clube está a construir um centro de treinos brutal, onde se estão a incluir campos, bancadas e afins. Aqui ele falhou porque o clube não está a construir nada. Quem está a pagar é Câmara. Pergunto para que são as bancadas, diz ele? E pergunto isso porque com o trabalho que está a ser feito o Beira-mar vai ter as camadas jovens nos nacionais mais cedo do que se pensa. Se o fizer o clube está a construir um centro de treinos espantoso, mas que não tem um campo de treino para onze relvado! Eu conheço o projecto é provável que ele tenha razão. Mas o Senhor Presidente irá esclarecer.

Ou seja os juvenis e os juniores, quando jogarem em casa terão de ir para Eixo ou para Oliveirinha. Campos que como já vimos existem constrangimentos.

A Câmara de Aveiro quis e fez!? E o clube por ter um presidente submisso autorizou.

Parece-me evidente que o projecto não teve nenhum contributo do treinador do Beira-mar, obviamente. E não vamos arriscar cogitar que do clube também não. Mas fica a dúvida, que agentes desportivos terá a Câmara para desenvolver o projecto, com quem se aconselhou, porque seria natural que os profissionais do clube pudessem opinar sobre os campos de treinos dos seus escalões de formação.

Julgamos que as declarações de Ricardo Sousa não devem ser hipervalorizadas, mas também não devem ser totalmente desvalorizadas. Porque expõe algo que para nós é muito importante na medida em que o clube que valoriza e de certa forma valida grande parte do investimento que a Câmara Municipal dirige ao futebol profissional e se constitui numa mais-valia para a construção duma dinâmica valorativa do desporto, não só através da competição, mas também muito importante na formação, seja tratado desta forma.

É nossa convicção que os aveirenses merecem de facto uma clarificação sobre estas declarações. Muito obrigado."

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁹

"Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmos Senhores deputados Municipais, Senhor Presidente de Câmara, Vereadores e demais presentes. Em 17 de Junho 2020, a Comissão Europeia revelou a sua "estratégia" em relação às vacinas, estabelecendo três objetivos: assegurar a qualidade, segurança e eficácia das vacinas; assegurar fácil acesso e equitativo aos Estados-membros, liderar o esforço global de solidariedade

A UE anunciava a intenção de realizar acordos com produtores de vacinas, garantindo o direito à sua compra, através do adiantamento de 2,7 mil milhões de euros, financiados através do Instrumento de Apoio de Emergência e se mais fosse preciso, recorrendo a empréstimos do Banco Europeu de Investimento.

A contratualização final das vacinas seria um processo gerido pela Comissão em nome de todos os Estados-membros e iria conduzir o processo, mas assumia desde logo e claramente que o quadro de negociações com as farmacêuticas constituía uma "apólice de seguro transferindo alguns dos riscos da indústria para as autoridades públicas, em troca de garantir aos Estados-membros um acesso equitativo e a preços acessíveis".

Em suma, a UE, em nome de todos os Estados-membros, através de uma equipa negocial por si selecionada (e cuja identidade dos seus membros bem como os critérios da sua seleção foi mantida em secretismo), celebrava acordos prévios de aquisição de vacinas, financiava a investigação e corria os riscos de insucesso, em contrapartida do direito de aquisição de um determinado número de doses em tempo e prazo a determinar. Tudo descrito na mais vaga das terminologias.

A aposta e valorização dos sistemas públicos de investigação e pesquisa foi posta de lado. Os privados, nomeadamente as grandes farmacêuticas, absorveriam o investimento e manteriam as patentes e propriedade intelectual sobre as descobertas.

Este processo, ao qual a Comissão Europeia se entregou de livre vontade, foi sumariamente uma privatização de dinheiros públicos. De resto o não levantamento das patentes, que tem sido proposto, mas consecutivamente rejeitado pelo Norte global na Org. Mundial do Comercio, é responsável diariamente por atrasos na vacinação em todo o mundo, especialmente nos países mais pobres.

No plano global, em Abril de 2021, a pandemia já atingiu 140 milhões de pessoas e causara mais de 3 milhões de mortes, isto apenas sobre os casos oficialmente registados. Diversos estudos acusam o maior impacto da pandemia nas camadas socioeconómicas mais baixas, e em minorias, agudizando assimetrias regionais e sociais um pouco por todo o mundo.

Os cálculos de diversas organizações, como The Economist Intelligence Unit, apontam que a maioria dos países africanos apenas terão acesso à vacina em 2023.

A ONU lança apelos à distribuição mais equitativa pelo mundo das vacinas disponíveis e contra o seu açambarcamento pelos países mais ricos do "Norte Global".

A OMS vem alertando que apenas 10 países já concentram 95% das vacinas já administradas e apela à solidariedade internacional para que se junte 4 mil milhões de dólares para vacinação, garantindo assim o seu acesso pelos países pobres.

O contexto atual, em que os países ricos já adquiriam 53% das vacinas disponíveis no mercado em 2021, veda o acesso à vacina a 9 em cada 10 pessoas dos países mais pobres, segundo a plataforma de organizações People's Vaccine Alliance. Um exemplo grosseiro, mas não exclusivo, desta situação está no Canadá, que por esta altura, já assegurou doses suficientes para vacinar a sua população cinco vezes. 10 meses depois de a EU ter definido a sua estratégia, esta parece derrotada.

A estratégia da UE em matéria de vacinas foi construído de acordo com interesses alheios aos interesses das populações e dos Estados-membros. Fundou-se logo à partida na sua

opção de conceber uma estratégia própria, construída sobre os recursos e potencialidades científicas dos seus Estados-membros. A UE optou pela entrega desta matéria à grande indústria farmacêutica e respetivos grupos económicos.

Assim, a UE prosseguiu uma estratégia negocial, de aparente rendição incondicional às condições contratuais das grandes farmacêuticas. Irresponsavelmente, UE tornou-se refém de todos os interesses da indústria farmacêutica, em sucessivos negócios rodeados de secretismos e opacidades, levados ao extremo do politicamente insuportável.

A UE entregou a saúde e o futuro sanitário dos seus povos a uma indústria, cujo histórico revela, a sua priorização do lucro sobre qualquer outro interesse.

Como se temia, e a UE estava já disso avisada há muito, a indústria farmacêutica não cumpriu os prazos previstos e outras expetativas contratuais.

Portugal recebeu no primeiro trimestre menos dois milhões de vacinas do que as previstas e, no segundo trimestre, das 11,2 milhões de vacinas inicialmente contratadas só deverão chegar cerca de 9 milhões.

Em relação a estes atrasos e incumprimentos a UE não só não se precaveu como procurou desvalorizar e rejeitar, tanto quanto lhe foi possível, a utilização complementar de outras vacinas em produção e cuja eficácia se confirmava, por exemplo a Sputnik V. Culposamente a UE priorizou os seus alinhamentos geopolíticos e as suas rivalidades sobre os interesses de saúde pública.

Perante a maior crise sanitária da sua história a UE falhou em todos os objetivos a que se propusera inicialmente, mostrou-se politicamente frágil e dependente. Ao longo do percurso da sua estratégia de vacinação, com a acumulação de sucessivos episódios desprestigiados e incumprimentos de objetivos, a sua unidade conheceu sucessivos abalos, enquanto sucessivas acusações e desconfianças mutuas, entre responsáveis políticos, se apoderavam dos espaços políticos e mediáticos.

Por comparação com outros países do “Norte global”, como Reino Unido ou EUA, os níveis de vacinação da UE demonstram-se severamente atrasados. Portugal, segundo dados de há 3 dias, apenas 17% da população portuguesa tem a primeira dose da vacina e 6% tem a vacinação completa.

Em conclusão. Portugal está hoje largamente atrasado, por comparação com os países europeus, dentro e fora da EU, que optaram por diversificar as suas fontes de vacinas, como Sérvia ou Hungria. Portugal por comparação com estes tem menos de metade da vacinação destes países.

O futuro sanitário da Europa e do mundo permanece em larga medida imprevisível. Assim o PCP reitera a necessidade de Portugal se libertar das amarras da EU, de diversificar as suas compras de vacina, de precaver a necessidade constante de produção própria de vacinas já no futuro próximo. Concluimos dizendo, Prioridade à saúde e não ao negócio."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[020](#)

"Senhor Presidente, não posso deixar de lamentar, mais uma vez, que o período reservado aos cidadãos e às cidadãs, seja vetado aos membros eleitos desta Assembleia. Estamos numa reunião da Assembleia Municipal de Aveiro, um órgão deliberativo, que fica arredado de um debate que é simplesmente aberto ao Senhor Presidente da Câmara. E portanto vou ter de usar um pouco deste meu tempo para comentar o ponto anterior.

No que foi dito das intervenções aqui, dizer ao Senhor Presidente da Câmara que de facto quando fala num estacionamento para 200 lugares acha pouco, parece-me que gastar 12 milhões de euros em 200 lugares continua a parecer uma loucura.

Se falarmos de um parque de estacionamento abaixo do nível das águas do mar ainda mais surreal parece. E portanto com o avançar do tempo continua a ser muito difícil esta solução

ser defendida por este executivo. Mas também em nenhum momento nenhuma das intervenientes falou em 200 mil carros, isso é um número que saiu da cabeça do Senhor Presidente agora.

Em relação à gestão privada e à gestão pública dos transportes. Obviamente que há uma diferença. Se na gestão pública havia mais oferta, havia mais alternativa, havia mais percursos e mais horários. Se com a gestão privada há muito menos acesso aos transportes, obviamente que quem têm alternativa de usar o transporte individual, não tendo uma resposta dos serviços colectivos vai optar por usar o seu carro. E portanto mais carros pressupõe mais emissões e portanto é verdade que uma gestão privada é mais lesiva do ambiente que uma gestão pública.

Dentro da minha intervenção que eu tinha preparado para este tempo. Sabemos que Aveiro tal como outros centros urbanos do país tem um problema de habitação. Já foi identificado. O Bloco de Esquerda tem abordado este tema ao longo do tempo. E numa intervenção há umas semanas o governo anuncia 65 fogos de habitação a custo controlados.

Portanto tanto o Senhor Presidente da Câmara como um membro da sua maioria aqui na Assembleia, deram a entender que pode haver um veto administrativo a esse projecto. E portanto a nossa pergunta é clara: vai ou não este executivo, o Senhor Presidente da Câmara bloquear este projecto? Era importante que nos desse uma resposta clara.

Como também já anunciou também, não parece ser contra este tipo de soluções, anunciou um projecto semelhante a custos controlados para o concelho de Aveiro, portanto queremos saber o que pode estar subjacente a este veto. É por ser no perímetro urbano? Devemos dizer às pessoas que não têm acesso a uma habitação sem preços especulativos, ou que não são detentoras de um alojamento local ou de outro negócio, não têm direito ao centro da cidade? Convém esclarecer a população. Obrigado."

(Entretanto deu entrada na sala o deputado Pedro Machado Pires da Rosa.)

Vogal Joao Moniz (BE)⁰²¹

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²²

"Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Antes de começar a intervenção que tenho preparada, mas no seguimento da intervenção do deputado Filipe Guerra sobre os dados da vacinação contra o Covid, dizer que se os 16% de Portugal são na opinião do senhor deputado muito baixos, que dizer dos 6% do produtor da vacina Sputnik ou dos 2% da Bielorrússia, ou dos menos de 2% da Venezuela ou dos números que ninguém sabe ca Coreia do Norte, de Cuba, ou até mesmo da China que não divulga números. Enfim.

Mas entrando no PAOD que hoje quase seria uma revista de imprensa, pois já foi aqui falado, e anunciado pelo Governo, do conjunto de 65 apartamentos destinados ao mercado de arrendamento acessível, nos terrenos da antiga fábrica da Luzostela.

Acontece que ontem mesmo, no site da ESTAMO, empresa pública a quem compete gerir e vender o património do Estado considerado não necessário para o exercício das funções de soberania, é possível encontrar a informação sobre o terreno da Luzostela com a indicação de que o mesmo se encontra à venda.

Face a esta estranha contradição, gostava de colocar as seguintes questões ao Sr. Presidente da Câmara para que nos pudesse informar:

Foi comunicado à CMA pela ESTAMO que o terreno em causa foi retirado do mercado?

Deu entrada nos serviços da Câmara, solicitado pelo IHRU ou algum outro organismo estatal, algum pedido sobre a viabilidade construtiva deste terreno, visto que a informação que consta do folheto de venda da ESTAMO é que o PIP aprovado em 2011 se encontra caducado!?

Já que este tema nos remeteu para o IHRU, aproveito para também questionar o Senhor Presidente da Câmara se dispõe de alguma informação sobre o início das obras de reabilitação a efectuar no âmbito do PEDUCA nos bairros do Caião e Griné, da responsabilidade do IHRU. Previstas desde 2018 e anunciadas em Novembro passado pela Secretária de Estado da Habitação como fazendo parte de um pacote de 13 milhões de euros de investimento público em habitação social a efectuar no corrente ano?

Como um quarto do ano já se esgotou e não consta que nem a actividades dos projectistas ou dos construtores esteja parada devido à pandemia, parece-nos estranho que este investimento se possa sequer iniciar em 2021 e muito menos terminá-lo.

Um outro assunto também referido recentemente nos meios de comunicação social foi a visita de trabalho que deputados do PS eleitos pelo círculo de Aveiro fizeram às instalações do Tribunal de Família e Menores de Aveiro! Na sequência da qual, questionaram a Ministra da Justiça sobre as condições de degradação das instalações e as deficientes acessibilidades!? Só faltou mesmo acrescentar que os senhores deputados ficaram estupefactos e surpreendidos com o que viram.

Então os senhores deputados do PS de Aveiro não sabiam que desde a inauguração daquelas instalações em 1998, que as mesmas não eram adequadas para o fim em questão?

Pela tipologia do imóvel e pela localização do acesso principal?

Que o mesmo não cumpre nem nunca cumpriu com o Decreto-Lei 163/2006 que regulamenta as acessibilidades de edifícios que recebem público, Decreto esse também de um governo PS?

E que desde a data da inauguração até hoje 80% dos dias que decorreram foram-no com governos do PS?

Em conclusão. Se Aveiro tem o Tribunal de Família e Menores que tem, deve-o ao Partido Socialista.

Foi num Governo Socialista que o mesmo foi inaugurado, foi num Governo Socialista que o mesmo não foi reabilitado de acordo com a lei das acessibilidades, em que o actual Primeiro-Ministro era ministro da Justiça. E já temos 5 anos e meio de Governo PS que nada fez relativamente a este e a outros assuntos que mereciam uma decisão célere, a bem dos aveirenses, principalmente daqueles que trabalham ou têm que recorrer aos tribunais. Disse"

Vogal Filipe Neto Brandão (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[023](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Senhores vogais da Assembleia Municipal. Muito rapidamente vinha enaltecer ou sublinhar o significado para o país e para Aveiro, zona particularmente dinâmica da nossa economia, daquilo que se encontra plasmado no programa de estabilidade e que se será enviado para Bruxelas até ao final deste mês. Do quadro plurianual de despesa pública, segundo o qual nós vamos ter nos próximos dois anos um crescimento acumulado de 9%, e isso é que importa sublinhar que até final do próximo ano teremos ultrapassado o nível da pré-pandemia.

E isto numa trajectória que colocará a dívida pública num patamar de 114% do PIB em 2025, ou seja regressamos à trajectória de redução da dívida e uma redução do endividamento, sem cortes no rendimento, sem aumentos de impostos, são boas notícias para o país e inequivocamente são boas notícias para Aveiro.

É obvio que parte determinante é a alavancagem dos fundos comunitários, até 2030 teremos cerca de 60 mil milhões dos quais 15 mil milhões no PRR.

E o PRR foi hoje mesmo apresentado pelo Primeiro-ministro em Coimbra, em que o que passou para toda a comunicação social foi "menos estradas e mais empresa". Ou seja dos 15 mil milhões cerca de 5 mil milhões são para apoio directo a empresas e a novidade é que

pode ir até 7 mil milhões numa componente de empréstimos avalisados pelo Estado, ou seja não exigível às empresas. Mas a verdade é que, e isto é particularmente relevante para Aveiro, num momento em que "menos estradas" é nota que sai do PRR, está assegurado que a estrada Aveiro/Águeda constará do PRR o que é uma boa notícia também para Aveiro porque liberta financiamento das autarquias envolvidas e por isso é uma ótima notícia.

Uma nota também daquilo que consta no PRR no que respeita a Habitação. Contaremos com mais de 2 mil milhões para acesso à habitação e que estão confiados, apraz-me registar, a uma das mais dinâmicas políticas deste país, e com quem nutro particular estima, a Secretária de Estado Mariana Gonçalves, que acumula além de ser jovem a sua notória competência e em quem o Partido Socialista deposita grande esperança e a governação do país. Sei que terá reunido muito recentemente com o Senhor Presidente da Câmara e perguntava se há novidades designadamente da reabilitação no Griné. A informação que tenho é que sim, mas obviamente o Senhor Presidente confirmará ou infirmará. De qualquer modo é uma boa notícia sabermos que há dinheiro disponível para a habitação, coisa que ao longo dos últimos anos nós sabemos que não houve. Portanto é tempo de recuperarmos o atraso que temos.

Boas notícias para Aveiro também decorrerão já nesta segunda-feira, com a apresentação do plano ferroviário nacional. Confirmar-se-á na segunda-feira um investimento de 100 milhões de euros na linha do Vouga dos quais 30 milhões na nossa NUTIII. É uma aposta também na ferrovia por questões ambientais e a aposta na ferrovia é uma boa aposta para o futuro e contrasta, e já que há pouco houve uma intervenção com referência ao Partido Socialista, contrasta manifestamente com a malfadada resolução do conselho de ministro do governo PSD/CDS, resolução 45/2011, através da qual se desactivava a linha do Vouga quando foi aprovado o plano de transportes. Portanto em menos de 10 anos caminhamos no sentido totalmente inverso e vamos investir 100 mil milhões na linha do Vouga. É uma ótima notícia para a região.

Mas o Plano traz oportunidades e quero recordar e recordá-lo-ei sempre, porque é uma luta em que temos de estar todos irmanados. Todos não seremos demais nessa luta, na luta pela requalificação e expansão do Hospital de Aveiro - Centro Hospitalar do Baixo Vouga. Recordando as palavras da ministra Ana Abrunhosa no Parlamento, que se houver projecto, haverá financiamento.

Já foi publicada por este Governo a Portaria que cria o Centro Académico Egas Moniz, temos de lhe dar consequência, apresentando o projecto para concorrer ao Portugal 20-30. E também aqui convém recordar a alguns desmemoriados, o caminho que trilhamos e que contrasta com a publicação com a Portaria 82/2014, estarão recordados seguramente, quando o Governo PSD/CDS colocou o Centro Hospitalar do Baixo Vouga com o mais baixo nível de especialidades, no designado Grupo I. E honra seja feita o Conselho da CIRA repudiou veementemente, mas a verdade somos nós agora que estamos a recuperar. E portanto com esta medida o Governo está aberto à requalificação do Centro Hospitalar, façamos nós por isso, porque esta luta não é fácil.

Tribunal de Família e Menores de Aveiro. Confirmo, os deputados do PS deslocaram-se ao Tribunal de Família e Menores de Aveiro, que tem um problema. Há deterioração que se vinha assistindo esta atingiu um ponto de insustentabilidade. Ou seja, ele já não se compadece com prazos de construção de raiz. Portanto temos que arranjar uma solução imediata e temos de encontrar o espaço disponível para colocar o Tribunal de Família e Menores.

Dizem-me (e eu pergunto ao Senhor Presidente se o confirma) que gabinete do Secretário de Estado da Justiça já terá contactado o Senhor Presidente para solicitar a sua colaboração para identificação de espaços disponíveis.

É que este Governo (e eu questioneei directamente) não quer repetir o que o Governo PSD/CDS fez em 2014. Eu recordei, foi quando deslocou o Tribunal de Comércio de Aveiro e o colocou em Anadia. Ainda recentemente a Assembleia Municipal de Anadia, por unanimidade (e compreensivelmente) solicitou a fixação definitiva do juízo de Comércio em Anadia, onde está desde que a ex-Ministra Paula Teixeira da Cruz o colocou. À data, eu lembro-me, dizia no Parlamento, que tinha ido para Anadia porque a Câmara não se tinha disponibilizado a arranjar um espaço. Admito que ela tenha sido injusta na crítica. Mas a verdade é que nós não devemos cometer esse erro novamente. Porque a verdade é que desde essa data Aveiro ficou privado de um centro relevante de atração e de dinamização económica. Mas sobretudo os cidadãos ficaram privados de um serviço que muita falta lhes faz. Sendo certo que por maioria de razão o Tribunal de Família e Menores afectará muito mais gente.

Pergunto se há espaços públicos ou privados disponíveis? Sei por razões óbvias, porque conheço, o governo civil não é uma solução. Estive lá vários anos, portanto é um edifício imprestável para esse fim. E a última coisa que nós queremos é que haja repetição do passado. Como sabem as Comarcas são distritais e portanto não será difícil encontrar no distrito um espaço disponível para albergar o Tribunal, sendo que bom seria encontrarmos essa disponibilidade em Aveiro.

Finalmente. Num momento em que face à pandemia não pode ser descorado, as notícias são boas para o processo de desconfinamento, mas no momento em que os centros de Santa Joana e São Bernardo foram desactivados para serem incorporados no Parque de Feiras e Exposições, entendeu eu que é de inteira justiça enaltecer o profissionalismo daqueles que trabalharam e continuam a trabalhar na vacinação em Aveiro. Eu não fui vacinado mas acompanhei cidadãos que o foram, e registei o agrado e a gratidão do modo como foram tratados. E portanto é de toda inteira justiça deixar aqui o meu (penso que de todos) obrigado a todos os profissionais que se têm dedicado à vacinação em Aveiro. Muito obrigado."

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[024](#)

"Boa noite Senhor Presidente. Queria saudar a Mesa, a Câmara, os Senhores deputados e todos os presentes. Queria aqui salientar a intervenção do Senhor deputado Filipe Guerra sobre o modo como funciona a União Europeia. Todos nós sabemos que o PCP é contra a nossa presença na União Europeia. E que o que está a acontecer com as vacinas é uma coisa que está muito mal. Admito que sim.

Mas nós temos de perguntar uma coisa. Portugal tem desde janeiro a presidência da União Europeia. Alguém poderá dizer alguma do que é que já fez para que esta situação fosse alterada? Eu recordei que o Senhor Primeiro Ministro disse que qualquer país que comprasse uma vacina fora do âmbito dos contratos feitos pela União Europeia era traição à União Europeia.

Portanto Senhor deputado está na hora de se reavivar, na vossa perspectiva, um referendo à nossa permanência na União Europeia.

Outra questão aqui. O Senhor deputado Neto Brandão elencou todo um conjunto de obras, fez o seu papel, mas esqueceu-se de uma coisa que a prazo é das mais importantes para Aveiro. Onde passa a linha de alta velocidade? E Aveiro fica onde?"

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[025](#)

"Boa noite Senhor Presidente. Na sua pessoa felicitar todos os presentes. António Almeida Henriques, cidadão de Viseu, um bom cidadão. Foi Deputado, membro do Governo,

Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Amigo do seu Amigo. Um Homem Democrata e de consensos. Defensor da sua terra, da sua região e do seu País. António Almeida Henriques um bom Homem que nos deixou.

A bancada do PSD da Assembleia Municipal de Aveiro quer deixar aqui um voto de pesar e de condolências sentidas à Família.

Jorge Coelho, foi deputado, dirigente do Partido Socialista, membro do Governo, tido pelos mais próximos como Amigo dos seus Amigos e pelos que com ele lidaram como um Homem disponível, afável e de consensos.

A bancada do PSD da Assembleia Municipal de Aveiro quer deixar aqui um voto de pesar e de condolências sentidas à Família e aos Socialistas.

Queria também referir-me a uma ausência que hoje temos na bancada do PSD e por um motivo que muito apraz registar.

Muitas vezes diz-se e lesse que os jovens estão afastados da política porque não se interessam pela causa ou porque a actividade política lhes rouba tempo à sua vida pessoal ou profissional. Pois hoje nesta bancada temos um elemento da nossa JSD a faltar, porque está em fase de exames para terminar e ter a sua especialidade na área clínica para ser especialista em Neurologia. Este facto é a prova que é possível aos jovens quando eles querem dedicarem-se à política, à causa dos cidadãos sem prejuízo da sua vida pessoal ou profissional. À Joana desejos de Felicidades.

Em 3º lugar queria deixar aqui um voto de regozijo e apreço pela nomeação/recondução do Conselho Administrativo do CHBV. Não da pessoa da Dra. Margarida França, pois nesta bancada não apoiamos ou desapoiamos nomes mas sim órgãos. Temos e manifestamos apreço pela recondução do Conselho de Administração porque reconhecemos e ao mesmo, e aqui sim, na pessoa da sua Presidente a Dra. Margarida França a maneira como esteve e conduziu tudo no Centro Hospitalar, nesta fase difícil do Covid 19. Também de registar que esta administração não só soube indo ultrapassando uma dificuldade que ninguém conhecia mas ao mesmo tempo foi dotando o CHBV de condições estruturais e de recurso humanos que o tornam mais capaz de promover a Saúde e tratar a doença aos Cidadãos da nossa Região. Hoje o nosso Hospital está mais capaz.

Em relação à nova equipa apraz-me registar que são todos da área, são todos da Saúde. Todos vivem a saúde e os seus problemas há muitos anos. De registar também as palavras da Dra. Margarida França há dias quando referiu que a aposta para os próximos 3 anos seria e é a expansão/requalificação do CHBV na sua totalidade. Em Aveiro, Águeda e Estarreja."

Ainda sobre este tema não poderia de deixar aqui um voto de reconhecimento pelo trabalho feito na hora da sua saída, estou a referir-me ao meu Amigo de mais de 30 anos, de lides hospitalares, saiu por aposentação o Dr. Frederico Cerveira, que nestes 3 anos exerceu as funções difíceis, muito difíceis, de Director Clínico e que só a sua paciência e capacidade de gerar consensos foi muitas vezes capaz de levar a bom porto procedimentos e causas difíceis.

Para terminar Senhor Presidente e porque senti alguma perplexidade, talvez por desconhecer o dossier e por isso gostava que me esclarecesse a mim, à bancada do PSD e a toda a Assembleia.

Soubemos, li nos jornais, que o Senhor Ministro Pedro Nuno, disse ou escreveu, que o seu Ministério iria construir no espaço da antiga Lusostela 65 unidades de habitação para arrendamentos apoiados ou controlados!

Porque não conhecemos a matriz do edificado previsto. Porque não sabemos a opção de 65 e não de 100 ou 200 ou 20. Porque não conhecemos o plano de urbanização para a zona. Porque não conhecemos a tipologia do edificado previsto. Porque não sabemos se o edificado fica virado para o viaduto, se fica virado para a estação, ou se não fica virado

para lado nenhum. Como à face da Lei e respeitando a mesma, cabe à CMA a análise e aprovação dos projectos de construção, gostava de saber Senhor Presidente em que fase está este projecto? E porque é que ele, o projecto e o plano de Urbanização, nos foram escondidos?"

Presidente da Mesa:[026](#)

"Senhor deputado, uma vez que fez a justa referência também ao falecimento do Dr. Jorge Coelho e ao Dr. Almeida Henriques, acho que poderei interpretar, não havendo oposição, não tendo sido um voto de pesar formal, de qualquer forma que fique em acta o pesar de toda a Assembleia em relação ao falecimento das duas personalidades. Foram políticos que prestaram relevantes serviços à causa pública, cada um da sua área, tanto Almeida Henriques como Jorge Coelho. E agradeço também por essa referência que fez. Portanto se ninguém está contra fica registado em acta."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[027](#)

Ponto 1 – Informação sobre a Atividade Municipal de 16FEV21 a 12ABR21.

(A informação Escrita sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia).

Continuando, o Presidente da Mesa[028](#) deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Informação Escrita.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[029](#)

"Bom, realçando alguns aspectos deste tempo. Realçar como ponto primeiro desta exposição, o nosso ferryboat eléctrico. Foi um momento único importante o arranque de concepção e construção. Lembrar que foi feito um concurso. Quem ganhou tinha de apresentar estudo prévio e agora com base naquele estudo prévio avançamos para o projecto de execução como é evidente. E acto imediato tem uma série de coisas, de licenciamentos, etc. O licenciamento formal de um navio tem as suas regras obviamente e vão ser tratadas como não podia deixar de ser. O cronograma aponta para que tenhamos o ferryboat em operação no verão do próximo ano. Portanto é o cronograma, esperemos que tudo corra bem, pra que este objectivo se concretize e o nosso ferryboat se aguarde bem até lá. Ele é velhinho, está bem cuidado, mas pronto já não tem idade para navegar, já devia estar mais do que reformado. Mas obviamente estimamo-lo muito, além da empresa que tem essa obrigação, os nossos serviços de fiscalização têm feito esse acompanhamento. Mas obviamente sabemos que ele está em fim de vida útil, tem motores de muito baixa eficiência, com produção de monóxido de carbono a uma escala que hoje não é aceitável.

Vamos ter um ferryboat eléctrico muito bonito, porque também é importante a estética das coisas, que terá um aumento muito relevante da capacidade de transporte de passageiros, quase o dobro. Um aumento ligeiro do número de viaturas que podem ser transportadas, e portanto uma redução dos custos de financiamento. E obviamente será também um instrumento de sensibilização e educação ambiental e será obviamente também um elemento de marketing territorial do nosso município, de São Jacinto, da ria de Aveiro, da nossa região. Tivemos a felicidade de ter uma empresa portuguesa a ganhar. O grupo ETE, ao contrário do que acontecer noutra processo também muito importante e que está em curso

que são os 10 navios da Transtejo que está a iniciar um processo idêntico ao nosso, e que foi ganho por uma empresa espanhola. Nós ficamos mais contentes de ser uma empresa portuguesa a construir o nosso ferryboat.

Uma segunda nota para este prémio, e nem é pelo prémio em si, que recebemos de uma instituição muito privilegiada do mundo, a Universidade Americana de Harvard, num processo aberto. Não é daquelas coisas a que nós concorremos, nós não concorremos a nada. Este é um observatório que a universidade tem e que faz este exercício de modo próprio. Num trabalho de várias fases de tipologia de inserção comunitária de cidades do mundo inteiro e tivemos um gosto grande de ganhar, ao lado de Sidney ou ao lado de Londres. E portanto é, voltamos ao mesmo, uma questão de marketing territorial. É importante porque estamos a trabalhar a nossa candidatura a Capital Europeia da Cultura e quero dizer que os vários projectos que integram a Aveiro Tech City são muito importantes, estão a correr bem, têm um envolvimento comunitário que está a correr muito bem à custa de vários projectos. Sempre lembrar é o Aveiro Steam City financiado pela iniciativa comunitária Urban Inovative Action e, portanto, iremos prosseguir esse trabalho, mas obviamente é uma nota de reconhecimento distinta e especialmente de visibilidade internacional de Aveiro.

Uma nota que quisemos destacar foi os protocolos com os nossos bombeiros. Feita a conta total que resulta deste protocolo com o protocolo das equipas de intervenção permanente (EIP) e os seguros, estamos a falar de um envelope financeiro de meio milhão de euros por ano para as nossas duas corporações. Temos um processo de cooperação institucional, corre muito bem, e portanto somos uma equipa a gerir estes mecanismos que chamamos de protecção civil municipal, num trabalho que está em franca velocidade a bem dos cidadãos que servimos que é isso que nos interessa.

Uma nota para o programa de apoio à actividade social e económica no âmbito da operação anti Covid. Lançamos neste momento uma grande campanha que vai decorrer até ao fim do ano, dos tais voucher para dinamizar o comércio local. A verba de entrada é de um milhão de euros. Estamos na fase de inscrição das entidades comerciais. A inscrição é livre, inscreve-se quem quiser e terminada esta fase em Maio será a fase do arranque da operação. Aprovámos as normas e estamos obviamente a começar o trabalho de divulgação para que toda a gente saiba e seja um decisão de cada empresa, de cada individuo, saber se quer aderir ou não quer aderir. E por ai dar mais um contributo para esta recuperação tão importante para a vida de todos nós.

Estamos a trabalhar em todas as frentes do PAAD, com um crescimento muito forte do auxílio de apoio às famílias dos cidadãos que precisam e de apoio ao rendimento. Estes três primeiros meses do ano tiveram um crescimento muito forte comparadas com as dotações entregues no ano passado. Mas como sempre assumimos a dotação para esta rubrica é aquela que seja necessária, mas numa gestão rigorosa, competente, mas sempre muito próxima e procuramos estar o mais atentos possível para decidir rapidamente. Dizer que acordámos no executivo, com a anuência dos senhores vereadores do Partido Socialista, que em vez de levarmos os processos de aprovação à Câmara e só depois fazer na participações, fazemos um processo de aprovação imediata por meio despacho e a seguir é que vai à Câmara para ratificação. Precisamente para fazer chegar os apoios ainda mais rápido daquilo que já estávamos a fazer, que era rápido, mas obviamente às vezes a Câmara como reúne quinzenalmente, por este processo conseguimos ainda ser mais rápidos devido a essa decisão que tomámos no nosso executivo municipal.

Terminava com uma nota que não está na Informação que tem a ver com a reunião de Câmara de ontem. Que foi o lançamento de mais três concursos de obras para qualificar o nosso parque escolar. Vão ser quase mais 7 milhões de euros de investimento numa escola nova em N. S^a de Fátima para servir a população da União de Freguesias de Requeixo,

Fátima e Nariz. Numa grande ampliação da escola e Jardim-de-infância das Barrocas e da escola e Jardim-de-infância do Bonsucesso.

São mais três que se somam às três outras obras que estão a decorrer e felizmente bem. Quinta do Loureiro, Póvoa do Paço e Azurva. E dos dois concursos que estão neste momento a tramitar para fazer a ampliação e requalificação da escola do Solposto e dos Areas.

Portanto neste momento temos três em obra, duas em concurso, três lançadas e ainda vamos lançar mais uma na próxima reunião de Câmara. E aí no dia 29 faremos um balanço desta operação e anunciaremos também as oportunidades de financiamento novas que estamos a lutar para conquistar, de forma a podermos ampliar a nossa capacidade de investimento na Educação.

Portanto é uma operação muito importante dar qualidade aos nossos parques escolares para os seus profissionais, para as nossas crianças e para todos os profissionais da comunidade educativa. Portanto deixar esta nota dum trabalho que tem a ver com a concretização da Carta Educativa nos objectivos que estão determinados, para estar tudo terminado até final de 2023. E dar conta a todos que o nosso cronograma está exactamente a ser cumprido para que a nossa Carta Educativa na requalificação das escolas da nossa responsabilidade se cumpra no cronograma que está assumido. Estarei obviamente ao dispor para o debate que vamos fazer. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[031](#)

"Obrigado Senhor Presidente. Ainda em relação à minha intervenção de à pouco. Não queria que comentasse as declarações da entrevista, quando não quiser responder eu sugiro que o Senhor Presidente diga, não respondo. Agora criar aquele dramatismo não me parece justificável até porque já o vi a reagir ao nível de comunicado e intervenções de outras pessoas relativamente àquilo que é a intervenção da Câmara. Não disse nada que ferisse nem a integridade da Câmara nem do próprio declarante. Aliás, acabou por ser mais desagradável quando comunicou aqui a questão do mesmo ter sido despedido, mas eu não toquei nesse detalhe. Portanto acabou por ser bastante mais desagradável e essa não foi de facto a minha intenção. A minha intenção foi trazer à discussão algo que para nós continua a ser pertinente porque estamos um bocadinho cansados de obras que depois ninguém utiliza, de estádios que ninguém utiliza, campos que ninguém utiliza e, portanto, queremos aferir apenas se as coisas estão a ser bem-feitas. Eu nem me referi, obviamente, à condição de assalariado da pessoa em causa. É um técnico, técnico com conhecimentos. Vexa diz toma as decisões em função dos dirigentes. Os dirigentes mudam de dois em dois anos. Eu nem conheço os estatutos do Beira-mar. Mas os dirigentes mudam de dois em dois anos. As pessoas quando fazem teatro, tendencialmente..."

Presidente da Mesa:

"Senhor deputado cinja-se por favor ao ponto em apreço..."

Vogal Rui Alvarenga (PAN):

"Senhor Presidente isto vai na pergunta que tenho a fazer ao Senhor Presidente. Nós falamos no 25 de Abril, e esta castração continua que esta casa faz aos deputados é inaceitável. É inaceitável, Senhor Presidente.

Portanto aquilo que estou a dizer vai confinar com aquilo que é a questão eu vou fazer, se me permitir! Se não puder fazer uma contextualização eu calo-me Senhor Presidente..."

Presidente da Mesa:

"Senhor deputado nós temos uma organização dos tempos de intervenção nos trabalhos que tem um conjunto de regras, como o senhor deputado sabe. E portanto não podemos estar sempre a voltar a atrás a pontos que eram de antes-da-ordem do dia. Eu pedia ao senhor deputado que fizesse a sua intervenção sobre este ponto em discussão..."

Vogal Rui Alvarenga (PAN):

"Muito bem. Mas eu agradeço que não me condicione porque não sabe o ponto que eu vou tocar! Agradeço que não me condicione.

Portanto aquilo que era a minha intervenção tem a ver com o investimento volumoso que está ali a ser feito. E eu queria perguntar ao senhor presidente em que moldes é que a obra está a ser feita, se o campo de 11 relvado está ou não a ser edificado, se as bancadas neste sítio têm pertinência, quantos campos são, se são todos relvados ou se são pelados. E gostaria ainda de saber qual é o âmbito de utilização programada que o clube vai ter ou os clubes da terra vão ter?

Era esta a minha pergunta e obrigado por me ter concedido o tempo para a formular.

Querida ainda destacar o centro de vacinação de Aveiro que entrou em funcionamento no parque de exposições. Fazer um agradecimento a todos os profissionais que trabalham nesta importante missão.

Queríamos também congratular-nos com a requalificação do "barreiro" da fábrica Jerónimo Pereira Campos. E também pela decisão acertada de não se construir nada naquele espaço.

A aquisição do ferry eléctrico para a travessia com São Jacinto. E gostaríamos de perguntar ao Senhor Presidente sobre o canil intermunicipal porque é sempre extenuante procurar informação sobre esta matéria. Aliás o site continua a ter o croqui que diz que a obra está a ser concluída, mas é muito confuso, não obtivemos confirmação. E também constatar que a Câmara considerou finalmente introduzir o programa CEDE para felídeos errantes. Gostaria de saber para além da comunicação que está no site, que finalmente está correcta, está integral, gostaria de saber se a sua aplicação efectiva está a ser feita no terreno.

Em relação ao acordo anunciado entre as infra-estruturas de Portugal e a Câmara de Aveiro e Águeda, para a implementação do eixo rodoviário Aveiro/Águeda, que é um exemplo paradigmático da interdependência do governo central e a Câmara Municipal, gostaria como irá ser feito o financiamento e qual é o nível de participação para cada município que está a participar? Obrigado."

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[032](#)

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores deputados Municipais, Câmara e demais presentes. Quatro ou cinco questões.

A primeira o PCP está preocupado com a cogestão da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, na medida em que isto representa uma desresponsabilização do Estado.

Preocupa-nos a possibilidade da existência de um turismo de massas bem como especulação imobiliária naquela zona. E preocupa-nos na exacta medida em que aquele território do município protege a costa e tem ali um papel importante no restauro ecológico..."

Presidente da Mesa:

"Senhor deputado peço desculpa. Esse ponto consta da ordem de trabalhos?"

Vogal Filipe Guerra (PCP):

"Senhor Presidente, este ponto consta da comunicação do Senhor Presidente e é um assunto importante relativo à vida do município! Eu estou a falar de uma questão relativa à vida da freguesia de São Jacinto que até prova em contrário é do município. Está certo Senhor Presidente?"

Presidente da Mesa:

"Está certo. Eu só lhe estou a chamar atenção porque como deve ter verificado esse ponto que está a abordar consta de um outro ponto da ordem de trabalhos. É só para não estarmos a repetir as intervenções."

Vogal Filipe Guerra (PCP):

"Olhe, então vou passar ao seguinte: Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro. Na última sessão da Assembleia Municipal o PCP colocou aqui a questão sobre quantos aveirenses estariam integrados naquela que era a "tarifa social dos resíduos" E até agora o Senhor Presidente que ficou de nos dar uma resposta ainda não a fez chegar.

E essa resposta é relevante, na exacta medida em que o facto da tarifa social ser de atribuição automática ou não, condiciona muitos aveirenses que poderia aceder a ela. Nomeadamente de eventual número de 5.164 famílias que poderia aceder desta circunstância. Era importante o Senhor Presidente de Câmara dar essa resposta porque há uma avaliação política que tem de ser feita a partir daqui.

Senhor Presidente de Câmara, ainda outras questões. Em relação ao PART e das referências que faz sobre o transporte rodoviário ainda que concessionado, mas não há nenhuma referência àquilo que é adesão ao PART dos transportes rodoviários! E seria importante que o Senhor Presidente de Câmara, até pela sua posição de Presidente da CIRA pudesse dar-nos alguma nota sobre esta questão. E saber se do ponto de vista do município seria mais difícil essa negociação, com a representação que a CIRA tem, essa negociação seria mais fácil.

Duas notas finais. Efectivamente, pelo menos pelo que eu me tenha apercebido, nesta comunicação do Presidente não vem nenhuma referência às obras do parque do Rossio, mas também às obras na Avenida. Como é sabido e pelos motivos que já elencou as mesmas se encontram atrasadas. Era relevante sabermos, até pelos enormes impactos que essas obras têm no dia-a-dia da cidade de Aveiro e designadamente na sua freguesia da Glória e Vera Cruz, nos desse uma ota sobre isto.

Senhor Presidente, terminava apenas com uma estranheza! Estranheza pelo facto do Presidente da Comissão de Honra da "Aveiro Capital Europeia da Cultura 2027" que afirmou em novembro da sua apresentação em Aveiro citou "o meu coração está aqui", seja agora candidato à Câmara de Lisboa!?! É uma situação de todo apoucam-te, para dizer o mínimo, para a Câmara de Aveiro, tendo em conta que o Senhor Carlos Moedas diz que o seu coração está aqui, mas deve ser só em espírito, porque a verdade é que se a política lhe correr bem nunca cá mais mete os pés. Adivinho que não ponha cá mais os pés se lhe correr bem a vida política. Tenho dito."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[033](#)

"Senhor Presidente, relembro o Senhor Presidente de Câmara, que não respondeu à pergunta do Bloco quanto aos 65 fogos previstos. Disse que iria falar na sua intervenção e não o fez. Espero que não fique esquecido. Vai ou não bloquear este projeto?

Em relação à Actividade Municipal. O Senhor Presidente fala aqui no ferry elétrico, não podemos deixar de notar que a câmara paga com dinheiros públicos e fundos comunitários,

um transporte para ser usado por privados! Nunca o fez quando o serviço de transportes públicos em Aveiro era público. Aliás, lembro-me de uma das discussões que tivemos aquando do fim da MoveAveiro, em que o Bloco de Esquerda referiu que apesar de todos os ataques continuava a dar resultados positivos e, portanto, como é que não se usava isso para salvaguardar o serviço público de transporte. E o Senhor Presidente respondeu "nós não temos dinheiro nem para trocar material circulante". Bem, agora compra 3 autocarros elétricos e depois um ferry de 7 milhões! Temos um serviço deficitário que não dá resposta à população nem às necessidades da população e não havendo essa resposta, quem pode optar pelo transporte individual. O que para questões de clima e de emissões, como gosta tanto de referir quando falamos do ferry, não é o desejável.

É ótimo ter um ferry elétrico. Para o clima ajuda às alterações climáticas e também torna a viagem muito menos onerosa à empresa. Tal como acabou de referir na sua intervenção da redução de custos de funcionamento. Mas a concessão foi feita com base em custos da travessia a combustão. Portanto temos uma empresa privada que recebe um ferry novo e vê reduzidos os seus custos, as suas despesas, à custa unicamente de investimento público.

Em relação ao abate de árvores. Também já teve aqui alguma intervenção. Gostaríamos de lembrar que é um tema sensível em Aveiro, porque parece que, ao contrário do Senhor Presidente costuma dizer de que há um fetiche com as árvores, nós temos que observar que a realidade é um fetiche com o abate de árvores no concelho de Aveiro, desde que o Senhor Presidente tomou funções. Não podemos ignorar a importância que tem composição arbórea de uma cidade como Aveiro. Porque infelizmente tem uma grande afluência de carros na cidade e, portanto, a qualidade do ar não é a mais desejada e a presença de espaços verdes poderia minorar essa situação. Com outras funções. Função fruição, de sombra, e isso no espaço público não se tem verificado. Repetem-se erros do passado, lembrando o que aconteceu na Marquês de Pombal, o que aconteceu recentemente com a reformulação das 5 Bicas, ou o que aconteceu em São Bernardo.

Quando fala em replantação há replantação. Mas replantação onde? Onde é que a população do centro de Aveiro pode beneficiar se perde árvores num sítio onde há poucas árvores e são replantadas em zonas rurais. Isso que impacto é que tem na vivência da cidade? Zero.

E não é só o abate de árvores. Temos o abate de árvores e temos a poda excessiva que prejudica as suas funções. Portanto há medidas que podem ser adotadas. Se há espaço para nova habitação, para nova construção, tem que haver uma obrigatoriedade da envolvente arbórea, de uma envolvente agradável, e isso não acontece. Há estudos de saúde pública que dizem do benefício dos espaços verdes nas imediações das escolas. Isso não acontece, pelo contrário, em São Bernardo abateram árvores. Como diz o Senhor Presidente "tiveram que se abater". Não, não estavam doentes. Teria que haver uma reconversão do espaço. Pois então que se faça essa reconversão tendo em conta os elementos que já existem, da mesma maneira que não mandaria abaixo uma casa porque quer reconverter um espaço, se existem árvores a exercer uma função, o espaço deve ser reorganizado tendo em conta esses elementos. Eu fico por aqui."

(Entretanto deu entrada na sala o deputado Pedro Machado Pires da Rosa.)

Vogal Joao Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta ⁰³⁴

"Muito obrigado Senhor Presidente. Este ponto já veio aqui ao debate e nós queremos reforçar. Numa das últimas assembleias municipais foi referido que havia cidadãos do município que estavam a usufruir de uma tarifa social de água. Nós confrontámos o Senhor Presidente com os números, pedimos os números e o senhor Presidente recusou os dar.

Disse que não os tinha consigo e portanto, voltamos a pedir esses números nesta Assembleia.

Depois queríamos também fazer referência a um dos pontos do documento que estamos aqui a discutir, nomeadamente o ponto 20, em que a Câmara Municipal decide responder a um comunicado do bloco de esquerda. Muita tinta já foi gasta por causa do tema que suscita este ponto e suscitou a nossa intervenção.

Mas nesse ponto 20 a Câmara faz referência directa ao comunicado do Bloco e omite uma das partes essenciais para compreensão daquela intervenção quando nós dizemos que a tarifa em Aveiro era a mais alta à população ao custo da operação.

O que nós estamos a dizer não é que a tarifa seja a mais alta no abstracto. É a mais relativamente ao custo da operação. E estes números Senhor Presidente, não são números do Bloco de Esquerda, não foi o Bloco de Esquerda que os produziu. Foi o regulador do sector dos resíduos que os revelou no último relatório.

E o que estes números dizem é basicamente isto. É que a Câmara Municipal, por cada 1 € que custa o serviço, cobra aos cidadãos aveirenses 1.57€ pelo mesmo serviço.

Ou seja, temos aqui a Câmara Municipal a usar um serviço público fundamental para financiar outras atividades. Esta é a única conclusão que nós podemos retirar sobre este facto.

Este é um facto Senhor Presidente, não é opinião do Bloco de Esquerda. São números do regulador.

Nós já tivemos oportunidade de colocar esta pergunta a elementos da sua maioria, da maioria que apoia o executivo, mas a Câmara Municipal ainda não respondeu com clareza a este facto. Estes números são ou não são reais? A tarifa de resíduos em Aveiro é a mais alta do país em relação ao custo operacional? Esta é uma tarifa de 157%, quando a média nacional é de 83%.

Ou seja em muitos municípios, as câmaras municipais, as autarquias, financiam o serviço público de resíduos, mas em Aveiro a Câmara Municipal usa o serviço gestão de resíduos para se financiar ela própria. Estes são os números da ERSAR Senhor Presidente. Nós temos uma pergunta cabal, porque ao elemento que fizemos esta pergunta recusou responder. Esta taxa em relação ao custo operacional é de efetivamente 157%. Isto é uma resposta muito simples de sim ou não. Era só."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[035](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Eu tinha aqui algumas notas mas o Senhor Presidente já as referiu todas na introdução. Mas não deixarei de as realçar.

Uma delas era relativamente ao Ferry. São todos os benefícios que advirão de um meio de transportes menos poluente e curiosamente não foi preciso a Câmara receber nenhuma recomendação dos Partidos da oposição para avançar com a compra deste meio de transporte eléctrico. Às vezes recebemos aqui umas recomendações um bocado estranhas, mas sobre este assunto esqueceram-se. Mas a Câmara mesmo como o esquecimento da oposição avançou para a compra de um meio de transportes não poluente.

Também um destaque para a campanha de apoio ao Comercio local. Uma forma de apoiar de uma maneira forte não só as famílias mas também o comércio de rua que bem precisado está ao fim de mais de um ano de portas fechadas.

Também em relação à estrada Aveiro Águeda revivamos a importância de uma vez acabara com o pórtico do Estádio na IP5 para que esta via uma vez construída não tenha ali uma barreira. E esta barreira não necessita esperar que a estrada seja construída para ser retirada. Quanto mais rápido melhor.

Obviamente se conseguirmos também que o pórtico de Cacia e de Oliveirinha desapareçam, ou pelo menos desapareçam para as viagens de curta duração era fundamental.

Depois uma referência para tudo o que está na comunicação. O arranque fantástico que está na programação cultural pós covid. Uma programação vasta em todas as áreas.

Mas também uma nota para a divulgação do estudo do estado das árvores na avenida 25 de abril.

É obvio que já se viu aqui que as pessoas não leram. Se tivessem lido percebiam que as árvores junto à Escola Mário Sacramento, onde passa centenas de pessoas por dia, estavam em risco e até com um vento mais forte, sabe-se lá, poderiam pôr em risco muitas vidas.

Mas isso para algumas pessoas é pouco importante, o importante é andarem no facebook para comentar se a árvore devia estar mais 10 centímetros para a direita ou para a esquerda.

Outro assunto e já o trouxe aqui numa outra reunião, continuamos no nosso espaço urbano de cabos, sobretudo de empresas de comunicações, que continuam a espalhar a cablagem nas fachadas do prédios e nas ruas da cidade sem qualquer fiscalização. Temos sítios onde passam 6,8,10 cabos em paralelo, em que metade deles já não estão em funções, porque a evolução para fibra leva a que os cabos de adsl sejam desactivados, mas as empresas não cuidam de retirar os que deixam de ser precisos. E continuam a colocar cabos pregados nas paredes que nos fazem lembrar algumas cidades de outros continentes.

Mas também os cabos de alta tensão da REN. Nós temos pelo menos duas subestações, num espaço que quando foram construídas não era de todo urbano, mas que hoje estão completamente inseridas dentro do espaço urbano. A de Esgueira ali junto ao Pingo Doce em frente tem um bloco de habitação.

E a de Aveiro ali junto da linha do Norte, não sendo ainda uma zona com habitação, o PDM prevê que se possa construir nos terrenos adjacentes até à Avenida Europa. Lá está a subestação central de transformadores com os perigos inerentes. Ainda esta semana andava uma equipa não sei se a substituir cabos que cortaram inclusive o acesso na Avenida Europa no sentido pavilhão do Galitos para Aveiro, por isso a Câmara deve ter esse conhecimento. E na urbanização da Forca, junto aos novos prédios da Civilria, tem um poste de alta tensão encostado à esquina do prédio. Dá impressão que os cabos estão enterrados até ali e depois vêm à superfície para depois seguirem fora.

Eu acho que embora isto não sendo uma competência da Câmara acho que é algo que deve motivar preocupação e reclamação e barulho contra todas estas entidades e fiscalizá-las, trazer isto a discussão na ANMP ou ao Governo. Isto é também poluição ambiental e de segurança. Estas coisas nós precisamos delas, mas devem ser feitas de outra maneira. Há cidades no nosso país que não tem os cabos de alta tensão visíveis. Portanto se noutros sítios foi resolvido não haverá maneira de resolver em Aveiro?

Por ultimo e relativamente à intervenção do deputado Rui Alvarenga. É uma pena que a actividade de formação no Beira Mar esteja parada devido ao Covid. Porque se estivesse a funcionar o convite que eu fazia era ir num sábado de manha ou de tarde ir aos vários clubes do concelho, nas várias modalidades e ver a quantidade de pessoas que usam as instalações para se aperceber do muito que está a ser feito quer nos novos espaços, que na melhoria dos existentes. Mas continua a haver défice e continua haver treinos a horas impróprias para os miúdos porque não espaço e os horários das escolas não estão coordenados. Os miúdos vão treinar muito tarde com todas as implicações que isso depois tem na sua vida estudantil e familiar. E portanto investimento em instalações desportivas neste momento ainda é preciso haver mais. Era bom que pudessem ver quantos praticantes havia no desporto de formação no concelho de Aveiro e depois analisar se as instalações são suficientes ou não. Disse."

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁶

"Muito Boa noite a todos os presentes e também aos que nos visionam em casa. Uma nota prévia, peço que me permita, que tem a ver com o comentário que o Senhor Presidente fez à exposição do meu camarada líder de bancada Filipe Neto Brandão.

Disse o Senhor Presidente que tinha sido precipitada a sua intervenção! Que estávamos com pressa de resolver o ponto 11. Pode dirigir o mesmo encómio às pessoas da sua bancada? Que estavam com tanta pressa que até já enviaram um comunicado para imprensa. O comunicado é público. Eu quase que sugeria que retirássemos o ponto 11 porque ele já está discutido.

Relativamente à Comunicação do Senhor Presidente. Ferryboat, já falamos disto várias vezes e confesso que continuo com dúvidas, porque o Senhor Presidente diz que é um investimento do município. Mas depois verificamos que é participado na sua quase totalidade pelos fundos comunitários POSUR e Fundo de Coesão!

O que importa perceber e um desafio que lhe deixo é que entregando o município concedente à sua concessionária um ferryboat eléctrico novinho em folha, então que a concessionária faça verter sobre os cidadãos aveirenses e outros, essa oferta entre aspas, no tarifário de utilização do ferry aquando da sua entrada em funcionamento. Fica aqui o repto. É um excelente contributo do município para as viagens entre margens de São Jacinto. Fica aqui o repto.

Relativamente da questão do apoio às famílias, confesso aqui sem qualquer tipo de ironia, porque estamos a falar de coisas absolutamente sérias. Não sei se me enganei a ver os números, mas tinha um apoio de 1.788€ para cinco famílias com 15 cidadãos. E depois continua com um descritivo dentro destes valores. Este apoio é mensal ou é feito de uma única vez? Confesso que gostava que me elucidasse sobre isso.

Uma nota positiva para o eixo Aveiro/Águeda. Finalmente parece que vamos ter luz sobre esse processo. E não poderia deixar de nesta primeira intervenção de dar nota que a comunicação do Senhor Presidente tem, não será lapso com certeza, mas a obra do Rossio eclipsou-se! Uma chatice. Só temos o buraco. Não há aqui uma linha sobre isso. Sobre a obra da Avenida não há linha.

Portanto o senhor presidente faz uma comunicação com 60 pontos e não diz nada sobre estas obras!?

Mais. Sobre o apoio ao comércio também lhe sugeria que o Senhor bonifica-se os comerciantes da Avenida porque a obra está para durar e irá penalizá-los sobremaneira nesta situação absolutamente complexa que resulta da pandemia que atravessamos. Fico-me por aqui. Obrigado."

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁷

"Boa noite a todos. Bem, não está na comunicação mas não queria deixar de deixar uma palavra de apreço para o candidato Nelson Peralta, que é um grande índice de refrescamento no Bloco de Esquerda. Imaginem que é a quarta vez que é candidato, vamos lá ver se é desta que vamos ter uma campanha á séria. Os meus votos de saudação democrática para o Bloco e para o seu candidato de sempre Nelson Peralta.

Sobre a comunicação escrita propriamente dita gostaria de dizer o seguinte. Em relação e entroncado com o famoso ponto 11 da ordem do dia, a questão do eixo Aveiro/Águeda e que é decisiva para o município e que eu acho toda a gente percebe, este ponto 11 não vem trazer nada de novo que ajude a questão das grandes causa de Aveiro.

Enquanto continuarmos e insistirmos sobre as causas da cidade que devem ser de todos, e quisermos fazer textos e Moções para aparecer nos jornais e fazer um número político convencidos que isso vai trazer votos nas eleições, não vamos a lado nenhum.

Porque o eixo Aveiro/Águeda é uma responsabilidade de todos os aveirenses, sejam do PS, do PSD, do CDS, do PCP, do Bloco, com responsabilidades acrescidas por quem faz parte do governo, como é o meu caso que sou do partido socialista, mas também é do PSD e do CDS que governaram e não resolveram o problema. Ah, e não resolveram o problema dos pórticos, etc, etc.

E portanto enquanto insistirmos em levantar bandeiras e fazer Moções e números políticos sobre questões que preocupam o município e que impedem a progressão do município de Aveiro não vamos chegar a lado nenhum. Querem fazer o número, porreiro pá, vamos lá fazer um grande número político e o PSD e o CDS fazem uma grande arenga e vamos lá todos fazer essa discussão. Qual é vai ser a resolução política objectiva disso. Em que é que isso ajuda os actores políticos de hoje. Mormente o Senhor Presidente de Câmara que é o actor político com mais patente que temos hoje em Aveiro. É o actual Presidente de Câmara e portanto cumpre-lhe a ele de alguma maneira apresentar a vontade do município e a defesa dos interesses do município junto do Governo em primeira mão.

E portanto devemos estar todos, unos, em relação daquilo que são os problemas do município, nomeadamente o eixo Aveiro/Águeda, as portagens, etc, etc.

Se continuarmos e persistirmos em fazer estas Moções eu já dei para esse peditório. Eu já vi isso várias vezes e disse quando o meu partido era governo e disse-o quando deixou de ser governo. Disse-o em todas as circunstâncias portanto estou perfeitamente à vontade.

Só que isto não adiantou coisa nenhuma. E portanto enquanto nós continuarmos não estivermos unidos para isso não vamos resolver o problema.

Senhor Presidente com este aparte que durou alguns minutos e que peço desculpa pelo entusiasmo, mas acho que é um assunto importante e que toda a gente percebe, gostaria de dizer (e porque não vi isso na comunicação) em relação ao programa de apoio à economia local.

Por exemplo em relação às esplanadas não vi exposto na comunicação escrita, mas vi que é a prática de qualquer industrial de hotelaria aproveitaram alguma complacência deliberada da Câmara, e bem, para o alargamento das esplanadas, com alguma desregulação possível/Covid diria assim, mas devo dizer o seguinte.

Eu acho que devia desenvolver esse esquema, porque não é propriamente uma receita significativa para a Câmara, acho que devíamos isentar isso, não digo em absoluto ou em definitivo, mas durante mais anos do que aqueles que estão abrangidos pela lei covid.

Isto porque? Porque o facto de hoje a cidade funcionar com esplanadas e gente na rua cria-lhe uma dinâmica muito interessante em termos de actividade económica que pode ser projectado como desenvolvimento económico da cidade e que eu acho que faz todo o sentido. Evidente que terá de haver alguma regulamentação, mas espero que a Policia Municipal não tenha a mesma atitude sindical que teve a ASAE de andar de fita métrica na mão e a multar as esplanadas com multas de 2 mil euros, só porque o cidadão puxou mais a cadeira e ficou fora da distância regulamentada da DGS. Eu acho que tem de haver algum bom senso nisto. E portanto eu acho que a Policia Municipal deve ter essa atitude pedagógica. Mas acho que deve haver alguma regulamentação para que as esplanadas não ocupem na totalidade a via pública no sentido de perturbar a circulação dos peões.

Mas acho que a Câmara deve desenvolver um esforço no sentido da isenção de taxas que do meu ponto de vista deveria ser em definitivo, mas não sendo assim acho que deve ser para além do covid.

As licenças são significativas para quem está do lado do empresário mas não são significativas do ponto de vista de receitas da Câmara. E isto pode ajudar a gerar receita

ela própria, Se eu passo num sítio e vejo a esplanada com gente tenho tendência a parar, sentar-me para consumir o que for, e cria uma dinâmica na cidade que me parece interessante e portanto gostava de dizer isso. Não é uma crítica é uma sugestão. Portanto fique lá com esta dica para pôr no seu programa de campanha uma vez que tem tido alguma dificuldade. Alias ficamos ainda sem perceber se será candidato ou não, ainda não percebi bem, agora há uma lista de nomes que deixa de fora os presidentes de junta e os membros da assembleia. Quem está, está, e quem não está deixa de aparecer. Não me perturbou o sono mas fico sem saber se o PSD que está é o que vai estar ou se o que não está é o que vai estar. E portanto nesta dúvida aproveito para lhe deixar esta dica para apresentar o projecto no seu órgão interno para ver se consegue assumir essa candidatura dentro do seu partido político do qual provém. E portanto muito boa noite a todos e obrigado."

Vogal João Moniz (BE)⁰³⁸

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰³⁹

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰⁴¹

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD)⁰⁴²

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴³

"Muito obrigado Senhor Presidente. Cumprimento todos os presentes e os que nos acompanham via facebook. Eu gostava de estruturar esta minha intervenção, que é a intervenção da bancada, relembrando os três eixos prioritários que a Câmara definiu para 2021.

E eles assentam no combate à pandemia do Covid, a continuação do forte ímpeto de investimento em todo o município, e por último, a continuação do caminho de consolidação de recuperação económico e financeira do município.

A esse terceiro ponto não me vou pronunciar porque vou remetê-lo para o ponto 3 da ordem de trabalhos com o relatório de gestão e contas.

Em relação ao primeiro ponto, do combate ao Covid, e à acção que a Câmara e o município teve nestes dois meses quero elencar a preparação do centro de vacinação de Aveiro no Parque de exposições, onde hoje mesmo fui com os meus pais, e que tinham apanhado a primeira dose em São Bernardo, e dizer que não tem nada a ver. Esta é a implementação de um centro de vacinação bem planeado, bem estruturado, e preparado para a vacinação maciça que se espera. Santa Joana e São Bernardo davam resposta, mas claramente este implementado pelo município dá melhor resposta.

Este é um ponto que eu gostava de realçar com conhecimento de causa. Obviamente que a isto complementa a entrega de EPIs a Bombeiros e IPSS que só no primeiro trimestre já conta com uma verba de 250 mil euros.

No programa de apoio à acção e apoio às actividades económicas, a campanha do comércio local, tem um valor de 1 milhão de euros, 40 mil vouchers, sendo que 20 mil desses vouchers estão destinados a famílias carenciadas. Portanto salvaguardando aqui também as pessoas com mais dificuldades. É claramente uma acção extremamente positiva e que vai dar o seu apoio também ao comércio de rua.

De referir os apoios sociais a cidadãos e famílias carenciadas. Efectivamente a hecatombe económica está a aparecer com mais expressão e prova disso mesmo é que foram adicionadas em Fevereiro mais 5 famílias e 15 cidadãos às que vinham já a ser apoiadas. Em Março mais 8 famílias e 19 cidadãos e em Abril mais 12 famílias e 35 cidadãos.

O que é que é importante aqui, do meu ponto de vista, referir. É que a Câmara está presente e que não há família nenhuma que por força desta pandemia, por razões de desemprego, ou por razões de saúde, que não vai ter uma resposta da Câmara Municipal de Aveiro.

Porquê? Porque no tal ponto 3 a que eu chamo da sustentabilidade as coisas estão arrumadas e há capacidade da Câmara de dar resposta a situações de aflição social.

Relativamente ao ponto numero dois que tem a ver com o tal plano de investimentos que está por todo o município, eu hoje elegi, para não falar de tudo o que lá está que é imenso, elegi focar-me na questão da Educação. Eu acho que não há da esquerda à direita quem não concorde que esta é uma área prioritária para qualquer país.

E ela reveste-se de acções materiais e de acções imateriais. No âmbito das acções materiais, como o presidente disse, no cumprimento escrupuloso daquilo que é a carta educativa, que tem que estar cumprida até 2023, esta é também a marca deste executivo que é a capacidade de execução e de cumprimento daquilo que foi o compromisso com os eleitores, vou referir e vou ter de elencar, porque acho que isto notável no município de Aveiro.

As obras de escolas concluídas, estamos a falar da requalificação da EB da Glória; escola básica da Vera-Cruz; Verdemilho; EB2,3 João Afonso de Aveiro; e a secundária Jaime Magalhães Lima. Estas estão concluídas.

Em obras em curso ou em concurso público temos, o Centro Escolar de Nossa Senhora de Fátima, a escola básica do Bom-sucesso; A EB das Barrocas; escola do Sol-Posto; e EB dos Areais.

Além destas vão entrar em projecto o Jardim de Infância de Eixo; o novo Jardim-de-infância de Oliveirinha; e a requalificação da EB de Sarrazola, da EB da Alumieira; e EB das Leirinhas.

Algumas destas escolas são do tempo do outro regime. E portanto é preciso vir uma Câmara que em 2013 estava em pré bancarrota para agarrar o touro pelos cornos e dar dignidade aos espaços escolares, dando qualidade aos mesmos que afectam quer docentes quer funcionários. Toda a comunidade escolar está envolvida nisto. Isto é estratégia para o país. E para o município neste caso em especial.

Mas não posso deixar de referir, quer por força de declarações recentes de pessoas que tiveram responsabilidades autárquicas aqui no município de Aveiro, referir que isto não é só material. Há muita coisa a acontecer em Aveiro que eu nunca na minha vida vi e que é do foro imaterial. Obviamente estou a referir-me concretamente ao projecto Aveiro Tech City. Em que de facto o Tech City tem um peso preponderante pelo financiamento alocado e que está compreendido em basicamente quatro eixos. Eixo da Educação, da Formação, Tecnologias de Serviços e Aplicações e por último Desafios.

Eu acho isto uma verdadeira revolução que está a acontecer em Aveiro e acho que muito pouca gente deve estar a par do que está a acontecer e da dimensão que isto tem e do impacto que irá ter para a nossa região.

Desde logo ao nível da Educação quando falamos dos Tech Labs já montados. Já há 440 tech labs montados. E este momento mais de 1.600 alunos usufruíram disto. E o que é que é isto? É colocar a malta nova a contactar por aquilo que há de mais futurístico e que vai ser claramente o futuro, como por exemplo robótica, impressão 3D, e outro tipo de tecnologias que são de vanguarda e que são áreas absolutamente fundamentais para a empregabilidade do amanhã.

Na área da Formação desde logo a área Tech City Bootcamp. Isto tem a ver com a parte da programação do qual, as pessoas que já usufruíram destes programas, 69% já conseguiram empregabilidade. Há aqui uma ligação clara daquilo que são as indústrias e as empresas e aquilo que está a ser formado nestes bootcamp

E depois ainda na área de outras tecnologias como o 5G os desafios de OPAD onde o Vereador João Machado deu duas acções de explicação de como funciona.

Para concluir dizer que isto também faz com que a Universidade de Harvard tenha distinguido Aveiro dentro dos 308 municípios com o prémio inovação no envolvimento

comunitário. Isto é o que de melhor pode acontecer na cidade de Aveiro. Há muitos anos que não se ouvia falar disto e o impacto é brutal. Tenho dito."

Vogal Rita Batista (BE)⁰⁴⁴

Vogal Filipe Tomaz (PPDPSD)⁰⁴⁵

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁶

"Senhor Presidente, para quem não saiba estamos na discussão do ponto 1. Mas estranhamente o ponto 11 foi chamado à baila! E chamado de uma maneira que na bancada do PSD e eu que lidero a bancada não gostei. Não posso permitir que alguém venha aqui dizer ou insinuar, que ainda é pior, que a Moção do ponto 11 já está nos jornais. Então alguém a colocou lá. Gostava que ficasse aqui bem esclarecido, principalmente para quem veio aqui dizer isto, que foi dum baixo nível de dialéctica política nesta casa, que até estar no site da Câmara não saiu uma linha sobre a Moção. E ninguém da bancada do PSD quer crer que o CDS irá falar com ninguém enquanto o tema 11 não vier aqui a esta sala. Esse é o respeito por aquilo que aqui trazemos.

E voltando ao ponto 1. Neste ponto desejava referir-me a alguns pontos que considero mais relevantes da actividade Municipal neste período de tempo e tão bem descrita no relatório a distribuído a todos.

Posso começar pelo Ferry eléctrico para São Jacinto, mais que justo, aquela população, aqueles Aveirenses merecem o esforço de qualidade, segurança e beleza que este meio de transporte lhes traz na ligação e aproximação de São Jacinto a Aveiro.

Neste contexto não poderia deixar de lançar o repto ao Senhor Presidente e ao Executivo para estudarem a possibilidade de a lancha vir á cidade. Que bom seria as pessoas de São Jacinto terem uma ligação de mobilidade directa ao centro da cidade.

Universidade de Harvard distinguiu Aveiro com prémio na área da inovação, mais uma vez uma entidade estranha à CMA, uma entidade independente, uma entidade idónea distingue Aveiro e as suas acções na área da inovação como um exemplo a seguir.

Depois da Markttest e da ERSAC, agora foi a Universidade de Harvard a reconhecer o bom trabalho e a acção da CMA. Referir o forte e contínuo apoio a pessoas, associações e instituições nesta fase difícil da pandemia, agora com a campanha "compre no comércio local". Registrar o aumento dos apoios sociais na ordem dos 55% neste período.

Centro de Vacinação de Aveiro saber como está a decorrer em termos logísticos e de articulação com o ACES e o Centro Hospitalar do Baixo Vouga.

Apoio e delegações de competências com todas as Juntas de Freguesias num valor superior a 2 milhões de euros o que deve ser único no País, apoio este feito em sintonia completa e com transparência total com todas as freguesias.

Obras, obras, e obras, para bem e usufruto dos Aveirenses, obras viárias, nas escolas e nas unidades de saúde.

Arvores e gestão arbórea no concelho de Aveiro desde reflorestação de zonas ardidas, plantação de árvores novas, replantação de arvores, plantação maciça de arvores na reserva de São Jacinto mas ainda mais importante a assunção da gestão da Reserva natural das Dunas de São Jacinto, presidindo a um grupo de trabalho que irá melhorar até agora abandonada Reserva Natural das Dunas de São Jacinto cumprindo todos os preceitos legais para as mesmas possam ser uma área protegida, com a sua biodiversidade podendo ao mesmo tempo ser apreciada pelos cidadãos dando-lhe uma qualidade e uma visibilidade que permita uma melhoria em toda a fauna e flora.

Mas claramente, neste período, o mais importante para os Aveirenses e para Aveiro foi e pelo trabalho, bom desempenho e boa gestão do executivo da Câmara Municipal de Aveiro ter atingido o rácio de 1.5 entre dívida e receita. Isso sim para a bancada do PSD é o

momento mais alto registado neste período de governação e que realça e plasma nos relatórios de contas o bom trabalho de todos os funcionários da Câmara Municipal de Aveiro, que regista o esforço que os Aveirenses fizeram para que tal fosse possível e que mostra aos Aveirenses e ao País, pois é a primeira Câmara Municipal do país a fazê-lo, dizia eu mostra a todos a boa e excelente gestão feita por este executivo na área patrimonial e na área financeira. Todos reconhecerão tal capacidade de gestão não é dialéctica. Mas nos números dos relatórios, mas sobre este assunto mais à frente, cá voltaremos."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁸

"Muito obrigado a todos. Rui Alvarenga o complexo de campos de treino tem dois campos completos de futebol de onze, em relva sintética e que permitem fazer quatro campos de sete. Como sabe até certa idade o futebol é de sete. Só a partir de essa idade é que é de onze. E tem uma plataforma de relva natural que tem as medidas de um campo de onze, naquilo que respeita à totalidade da área relvada para futebol de nove naquilo que respeita à área marcada. Esta são as plataformas que vamos ter no nosso complexo de treinos, de grande qualidade, sabendo que hoje nos escalões de formação e na próxima época até à terceira liga, a prática de futebol faz-se maioritariamente em relva sintética.

Portanto neste quadro tomámos essas opções técnicas em obrigação absoluta e estreita àquele que vai ser o clube com quem vamos protocolar a gestão, que é o Sport Clube Beira Mar, à Associação de Futebol de Aveiro, à Associação Portuguesa de Futebol, e também ao Instituto Português do Desporto e da Juventude que ao abrigo da Lei deu parecer sobre esta matéria.

É uma infraestrutura de grande qualidade e de grande condição e obviamente o pagamento quase em dobro, daquilo que era a dívida velha que a Câmara tem ao Sport Clube Beira Mar. Não esquecendo que já fizemos ao longo destes sete anos e meio um grande investimento em qualificação de outros espaços desportivos.

Lembrar a relva sintética no Barroca, no Estrela Azul, o grande investimento na Associação Desportiva do Taboeira, etc.

Portanto esta é uma operação total que estamos a fazer, de requalificação, além do investimento do pavilhão desportivo oficina, que são quatro pavilhões dentro de um só. Quatro campos dentro do pavilhão num único edifício.

Fazer uma nota só. Atento a que está em Revisão o Plano de Pormenor do Centro, que está em curso, e que tenta resolver questões como o "barreiro" e tantas outras. E por isso ao dispor para receber e ponderar os contributos.

O Ecocentro está em concurso, está a acabar o prazo para entrega das propostas, vamos ver se temos empreiteiros candidatos. Cada vez está mais difícil termos candidatos aos concursos. Não é apenas em Aveiro é todo país. Cada vez temos nos nossos concursos menos concorrentes, muitos com um ou dois, o mercado está como está, mas enfim, estamos na luta. Por exemplo tivemos apenas um concorrente ao crematório. Tivemos três concorrentes à reparação da piscina que está entregue à gestão do Galitos e do Alavário. E em vários concursos de pavimentação um só concorrente. Portanto é um momento delicado porque o sector da construção civil está com problemas gravíssimos por falta de mão-de-obra. Ninguém dos centros de emprego quer ir para a construção civil. O país está com um problema de importação de mão-de-obra. E a oferta de obras públicas e privadas está a crescer de forma muito relevante. Temos aqui um problema que não é de hoje, mas que irá ter nos próximos anos de uma delicadeza muito complexa. Além da destruição que o Covid causou nas cadeias de abastecimento em várias áreas e a construção civil também sofre.

O programa CEDE está a correr bem. Foi um programa que não esgotou a verba toda, mas foi bom e vamos continuar esse trabalho.

Em relação ao eixo rodoviário Aveiro/Águeda neste momento nas Câmaras ainda não fomos ao pormenor. Aquilo que combinámos é os nossos 15% no custo do projecto em princípio dividimos a meio entre as duas Câmaras.

Depois se entendermos por bem algum ajustamento nessa divisão assim o faremos. Mas é uma não questão porque queremos é andar para a frente com o processo.

Filipe Guerra não tenha preocupações com a co-gestão em São Jacinto. A Reserva continua a ser do ICNF e a sua gestão total é do ICNF. Não mudou nada! Há é um reforço. O ICNF passou a ter agora uma equipa para o ajudar. Mas para o ajudar à séria. Com ideias, com dinheiro, com recursos humanos, etc. Por isso não tenha medo porque vai correr bem. E devo dizer que estou entusiasmado com esta nova frente de cooperação institucional e correu muito bem a primeira reunião da co-gestão. Não foi só a presença dos sete membros, foi a forma como estiveram empenhada e dedicada. Portanto vai correr muito bem. O ICNF recebeu um grande reforço com a nossa co-gestão e obviamente nós daremos o máximo e vai correr bem.

Na tarifa social, pedi aqui uma ajuda, temos 49 nos utilizadores domésticos e 29 nos não domésticos. E lembrar que no nosso caso o acesso não é automático. Quando nós referenciámos sempre o nosso fundo de apoio às famílias e quando entendermos que essas regras da extrema-esquerda de dar tudo, de dar água, dar luz, da tarifa, dá o computador, dá tudo. Enfim, vocês querem levar esta coisa toda à falência. A gente pega na riqueza, gasta mais do que tem e arruína o país — é sempre a lógica do costume. Mas não pode ser assim. É preciso criar riqueza. A lógica que nós fazemos é no fundo de apoio às famílias nos apoiamos a estrutura de custos de toda a família. Não sei se de alguma vez leram um relatório social, teremos todo o gosto em facultar, o apoio que se dá, referência com base no rendimento a estrutura de custos. E lá está a água, a electricidade, os medicamentos, a renda de casa, etc. É uma filosofia diferente da filosofia que vocês têm na extrema-esquerda de dar tudo a todos e pôr tudo na falência.

Digam lá qual é o país governado pela extrema-esquerda onde se vive bem e com desenvolvimento económico? Pronto, é uma chatice, não há resposta. Ficamos a olhar para alguns que nos vem à memória e é só miséria. Alguns, além da miséria económica, é a miséria política no que respeita à democracia e aos direitos humanos. Olhem para a Venezuela ou para a Coreia do Norte.

A definição do PART é uma situação complexa. Eu mando-lhe por email o nosso relatório da Câmara sobre o mecanismo de gestão e de atribuição das verbas do PART e também o relatório da CIRA, ok.

Nós usamos o PART que provem do Orçamento do Estado para a nossa parte municipal. este ano já tivemos de participar com 20%. Imagine começou com 5% e este ano já é 20%. E a CIRA faz o mesmo em relação a todas as empresas que fazem serviço de transporte municipal e intermunicipal. Portanto é uma questão linear, mas ao mesmo tempo complexa. Mas os relatórios existem e nós prestamos contas de tudo e mais alguma coisa à Autoridade Nacional que fiscaliza toda esta matéria.

Em relação às obras. Vocês às vezes têm piada. Ai e tal não está o Rossio! Vocês compreenderão que em cada relatório da Informação Escrita não pode estar tudo em cada um deles. No de Fevereiro se forem lá ver está lá o Rossio e todas as obras porque fizemos um ponto de situação. Não há segredo nenhum. Mas se perguntarem como está o Rossio eu digo, não tenho problema nenhum.

O Rossio está na fase de Visto de Tribunal de Contas. Foi adjudicado, é publico, assinámos contrato, Visto. O Tribunal já nos envio o normal primeiro ofício com perguntas e estamos as preparar as respostas e a trabalhar para que o Tribunal emita o Visto. Aqui não há segredo de nada!

Avenida. Aqui também não há segredo. Ainda por cima uma obra aos olhos de todos. Agora não faz sentido, é o meu critério também, em cada informação à assembleia estar a escrever tudo sobre todos os assuntos.

Mas se quiserem saber alguma coisa, sobre alguma matéria que não conste, estou ao dispor. Agora não percam é muito tempo com efabulações de por que é que não está lá. Perguntem e eu respondo sem problema nenhum. Como sabem não há segredos para com a Assembleia Municipal.

A estranheza do Carlos Moedas. Ó Filipe só dar-lhe um testemunho que há muito trabalha com o Carlos Moedas como político e que também criámos amizade deste trabalho.

O Carlos Moedas é um homem de estatura baixa mas de coração grande. E o Filipe também é de certeza um homem de coração grande e de estatura baixa, perceberá que não é por nós nos apaixonarmos pela causa que não podemos dedicar uma parte do nosso coração a Aveiro. É a música da vida que nos permite que um homem que deixou a Direcção da Calouste Gulbenkian, nem sei se faz ideia de quanto ganha um Administrador executivo da Calouste Gulbenkian, mas eu também lhe mando um boneco para ficar a saber quanto é que ganha um homem daqueles. Ou ganhava, porque se demitiu para concorrer à Câmara de Lisboa, em que não ganha nada. Candidato não tem ordenado.

Mas garanto-lhe que ele tem um compromisso com Aveiro e que o honrará com toda a lealdade o seu compromisso como é evidente. E tem estado a trabalhar, a fazer os textos que tem que fazer, os contactos da sua brutal rede europeia e que a nós nos interessa imenso. E como é um homem de grande capacidade intelectual e de espírito solidário e de grande coração tem tempo para tudo. Faz a sua candidatura, trabalha nas suas mil outras coisas, e também preside à nossa Comissão de Honra. E é uma honra ter um ex-comissário Europeu a trabalhar connosco e a dar a cara pela nossa candidatura.

Rita se lerem os termos de candidatura do POSEUR vai haver uma parte de 40%, porque não pagam tudo, pagam 40% dos sete milhões. Não são 85% como diz o Pedro. Porque há uma regra da União Europeia (estamos a trabalhar para a mudar, nos no comité das regiões) que é isto. O nosso ferryboat hoje vale o valor de ferro velho, não vale mais nada. E o nosso ferry novo custa 7 milhões. E portanto o que seria normal era que comparticassem o ferry novo. Mas qual é a regra? O funco comunitário só pode pagar a diferença entre o ferry novo igual ao nosso com motor de combustão e participa apenas na diferença do valor entre um e outro. E portanto é sobre essa diferença que aplicam o 85%. Quando avaliamos o custo dos 7 milhões dá uma média de 40%. Estes são os números. Portanto é preciso ter uma Câmara bem governada e com capacidade financeira à séria para submeter um investimento de 7 milhões nos quais tem de pagar 60% da verba.

Quanto às árvores. Dar nota que nós temos feito muita plantação de árvores em espaço urbano. Não contabilizamos as que vamos plantar na Reserva de São Jacinto, não são espaço urbano.

Filipe tenha lá calma que não vai haver nenhum turismo de massas ou especulação imobiliária na Reserva. Tranquilo da vida isso não vai acontecer. O ICNF não deixa e faz muito bem e nós também não. Estamos unidos, "unidos venceremos" na luta da nossa reserva. Mas no espaço urbano Rita temos feito muito trabalho. Só no parque de estacionamento da estação que vamos abrir por estes dias tem lá agora 80 árvores e tinha lá zero antes.

Mas sabe o que eu não quero? Eu não quero é ter a Câmara onerada a pagar indemnização aos cidadãos, como nós pagámos no ano passado, de um dano causado por uma árvore no início do mandato do Presidente Élio Maia, que colocou o cidadão com 70% de incapacidade porque parte da árvore lhe caiu em cima. Sabe onde? É terrível, não é, na entrada do Hospital de Aveiro!? Ele ia a uma consulta normal e ficou incapacitado a 70%.

O que dirá o Bloco se uma coisa desta acontecer numa próxima? O que dirá. Nós não queremos que diga nada.

Nós procuramos estar atentos e retirar estas da avenida 25 de abril antes delas caíssem no dia e no momento errado. É muito bonito ser demagogo para agradar, mas é mais bonito ser autarca com sentido de responsabilidade e não andar aqui a fazer circo com coisas sérias e com a vida dos cidadãos. Não se brinca com a vida dos cidadãos quando se é sério. Ó João os seus números (não se perturbe), os seus números na referencia percentual estão correctos. Mas quando nós transpomos para a componente do valor absoluto, estão incorrectos. As pessoas não pagam percentagens. As pessoas pagam valores absolutos de euros.

Depois há uma outra conta que não está nesse número que são outros custos do sistema que não contam para a tarifa. Nomeadamente um enorme que nós temos no nosso município que é o da varredura urbana.

Portanto quando analisa é preciso ver tudo isto no seu contexto total e não parcelarmente para tentar transformar uma coisa boa em má. Repito, nós recebemos o primeiro prémio de excelência em gestão de resíduos pela entidade que fez esses relatórios que é a entidade reguladora. Portanto somos os melhores. Aquela análise total não é agora pegar numa percentagem apenas que divide uma parte.

Portanto é bom sermos rigorosos e fazermos uma análise total. Repito, em valor absoluto, a nossa tarifa desde 2014 até agora já baixou 50% do seu valor, ok.

Agora mandar um numero que a maioria das pessoas nem percebe porque elas não pagam 150% dos custos! Sabe Vexa o que seria 150% dos custos. Sabe? Não sabe.

Jorge Greno agradecer várias das suas notas. Eu queria focalizar as linhas de média e de alta tensão da EDP em Aveiro. Já iniciamos com a EDP um trabalho de enterramento de linhas de distribuição na área urbana da cidade.

Uma muito conhecida que atravessava o bairro de Santiago foi enterrada no nosso mandato anterior e estamos a fazer um plano de enterrar em toda aquela zona da rotunda do rato e portanto, dar essa nota de que estamos a fazer esse trabalho e a pressionar a EDP para investir. Aquilo que referiu foi um exercício que derivou de um processo judicial de um condomínio contra a EDP, na zona da Clinica, de um cabo que estava excessivamente próximo daquela frente urbana fosse afastado. E portanto o que fizeram foi retirar um posto e colocar um outro para que a linha se afaste para medidas regulamentares naquela frente urbana.

Francisco Picado, pensei que hoje o ia ouvir falar de outras coisas. Hoje vejo-o ai na ultima linha, está ai algo intelectual, pronto fica para uma próxima oportunidade. Mas enfim, Vexa nem para contas tem jeito, mas é a vida.

Quanto às contas do Fundo eu posso explicar. Embora a nota de imprensa que emitimos ontem mesmo tem lá os números correctos. E várias dessas operações têm depois actos de renovação enquanto a situação das famílias o justificarem. Mas podemos dar-lhe toda a informação com todo o rigor dos totais, porque não são mil e setecentos euros como imaginará.

E em relação aos comerciantes da Avenida, não sei se viu uma peça da SIC esta semana na televisão? E não sei se vai lá conversar com as pessoas? Eu vou (ouvem-se vozes). Bem, não sei se leva para lá uma merendinha e está na obra a comer. Eu percebo a fase difícil da sua vida em que tem muitos equívocos e tem de estar da última fila. Mas falaremos disso um dia destes.

Pires da Rosa, agradecer a sua nota, mas queria pedir-lhe realismo. Ó Pedro não faz sentido hoje estar a garantir para daqui a três anos as isenções das esplanadas! Não faz sentido. O que está decido com sabe é até ao fim do ano a isenção e as esplanadas poderem ser estendidas o mais possível que o espaço publico o permita.

Como é que vai ser no próximo ano? Olhe é melhor não nos metermos muito nisso. Mas cá estaremos nós ou alguém no nosso lugar para decidir e a tomar boas decisões.

Mas permita-me aproveitar para dizer isto a todas as pessoas de Aveiro (estava a decorrer uma transmissão em directo da sessão.) Estamos a viver um momento onde a contribuição individual é mais importante que nunca. Chocou-me muito hoje ouvir a minha colega de Portimão. E sofri com ela, porque as regras que o Governo criou (que eu discordo) de escolher a circunscrição municipal para gerir o Covid eu sou contra. Mas as regras são regras e o Governo tem obviamente toda legitimidade para as definir. Eu prefiro que a ASAE não venha cá, mas é bom que ela venha de vez em quando para que quem não está a cumprir as regras as cumpra. Se as nossas esplanadas, os donos dos nossos restaurantes não obrigarem, porque eles têm esse dever, dizer aos seus clientes que têm que cumprir as regras. E se nós não fizermos isto bem daqui a quinze dias eu estou a dar uma conferência de imprensa como a Presidente Isilda. Mas eu não a daria como ela deu. Eu percebo as dores, mas discordo do acto. Porque as regras são claras. Dizer a todos, cada um tem um contributo para dar, como utilizador das nossas esplanadas, dos nossos restaurantes, e as nossas empresas como gestoras, etc. Cada contributozinho pode fazer a diferença.

Nós em final de Janeiro chegámos aos 1.039 casos activos em Aveiro. Foi o nosso pico da pandemia. Hoje temos 57 casos activos. Estamos a meio da linha vermelha definida que são os 120. Obviamente estaríamos bem se estivéssemos com zero. Mas este é um momento de fazermos ainda mais e melhor e tomarmos conta uns dos outros. Não é feio dizermos, desculpe lá, afaste-se mais para ao lado. Isso é em defesa de todos nós e é em defesa da esplanada continuar aberta e que em Portimão a partir de segunda-feira vai fechar tudo outra vez. São as regras do jogo que o Governo definiu e nós temos que as cumprir.

Muito o brigado à presidente Ângela Almeida dando esta nota de que o combate pelo PRR é um combate difícil. E eu hoje fiquei mais preocupado do que já estava. O Filipe disse e eu não quero desvirtuar "menos estradas e mais empresas". Mas o problema não é esse. E vamos ver como é que isto acaba. É que a Comissão Europeia não estradas nos PRR. E o governo está com muita dificuldade de as justificar no plano. E joga um jogo que está correcto em termos diplomáticos. Tinha 100 na proposta base e baixa agora para 50 a ver se (é meramente exemplificativo) ultrapassa a decisão da Comissão. Mas é um jogo difícil porque as normas da Comissão são claras " estradas nos PRR não". Esperemos que corra bem, obviamente, até pelo nosso Aveiro/Águeda. Mas não é mais que um acto diplomático. Ai e tal o Governo é bom e consegue incluir as estradas. Ouçam deixem-se lá de demagogias que isso não interessa para coisíssima nenhuma.

Agradecer as restantes notas e dizer ao Manuel Prior que estamos a trabalhar para que a lanca venha à cidade. O cais novo está em obra na estrada-dique junto à eclusa. Uma das obras que ali vai nascer é um cais para que uma lanca daquele tamanho lá possa atracar. Estamos a negociar a capacidade técnica da lanca porque a que temos não chega cá porque queimaria se fizesse uma viagem tão longa.

Duas ou três notas em relação ao Período de antes da ordem do dia. Na habitação. Olhem ninguém sabe nada daquela coisa dos 65 fogos! Eu tive a reunião com a Secretária de Estado e ficou combinado termos uma outra qualquer dia para afalarmos sobre o assunto a preceito. Olhe mande-me o estudo urbanístico. Porque é que são 65? Não se terão enganado e serão 650 Senhora Secretária de Estado? Vão usar a tipologia de habitação que está a nascente do terreno ou a tipologia de habitação colectiva com 10 pisos que está a poente do terreno? Pois Senhor Presidente, não sei. Nem ela nem nenhum Ministro não viram estudo urbanístico nenhum, por um motivo. Não há! Mas ficámos de ter mais reuniões, com certeza. O veto Rita só pode ser de quem discorda de guetos sociais. É um veto de quem não quer mais Griné nem Caião, nem Santiago. É um veto de quem quer as pessoas de baixos recursos a viverem ao lado de pessoas com mais altos recursos. É um veto de

quem protesta com um Governo e com o IRHU que tem 300 inquilinos, muitos deles a viverem em condições vergonhosas nas habitações que o Governo é proprietário no Griné e no Caião. Ah, não conhece. Nunca lá entrou em nenhuma! Venha embora com a gente. Quanto é que investiram nos últimos anos no Griné e no Caião? Zero.

Portanto o que eu disse à Senhora Secretária de Estado foi, olhe tratem do Griné e do Caião. Ajudem aquelas pessoas a qualificarem o sítio donde vivem para ajudarem a sua abordagem à vida. Na sua relação uns com os outros. Até passar na estrada e olhar para aquilo arrepia de chocante. Não é assim em Santiago. Já lá estão investidos 6 milhões de euros e vai estar mais. E é isto que a gente quer.

É errado vir a fazer 65 fogos lá por exemplo em regime de CDH? Não. Está correcto. Será uma boa opção. Mas como? Vocês aqui têm uma noção do terreno? O Jorge Greno tem porque foi ao site da ESTAMO. Porque ainda tem à venda o terreno. Embora a Senhora Secretária de Estado me disse que não. Mas está. É uma grandíssima confusão.

Mas nós vamos continuar a trabalhar e não vetamos nada. Mas temos opções políticas. E gente a viver em guetos nós em Aveiro não queremos. Queremos habitação acessível mas não queremos guetos sociais. Isso foi uma política que foi necessária em Portugal na década de 70, mas em pleno século XXI a nossa abordagem da habitação social não pode ser igual àquela que se fazia nos anos 70. Peço desculpa, mas há aqui algo de profundamente errado. Mas em espírito de equipa e de lealdade institucional, nós vamos continuar a trabalhar com o Governo nessa parte com todo o gosto e com todo o empenho. E pronto vamos lá agora à reunião com a Senhora Secretária de Estado e vamos ajudar e obviamente em cooperação. Nós não queremos vetar coisa nenhuma. Agora quem governa o município de Aveiro nestas matérias é a Câmara Municipal de Aveiro. Não é Ministro nenhum. E este Ministro de vez em quando tem estas excentricidades. Há dias, lembro-me, vou fazer uma linha de comboio entre a estação e a universidade! Essa agora. Então quem é que manda aqui? Hoje o Pires da Rosa falou muito da candidatura do Bloco de Esquerda e do PSD e do CDS. Achei curioso não ter falado, do que seria natural, que é a candidatura do PS!? Cada um interpretará o silêncio, a omissão, à sua maneira como cada um entender. Com aquele perigo que é a interpretação dos silêncios que é sempre uma coisa que exige algum cuidado.

A luta continua pelo nosso Hospital, em espírito de equipa, falaremos sobre isso num dos pontos que temos na nossa ordem de trabalhos. Muito obrigado."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa deu por concluída a apreciação da Informação Escrita.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos da primeira reunião da Sessão Ordinária de Abril, informando que os trabalhos da Sessão⁰⁴⁹ nos termos regimentais, continuam no dia 23ABR2021 (sexta-feira), no mesmo local.

Eram 00:20 horas do dia 17 de Abril de 2021.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:50)